



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO**

**Responsabilidade com a comunidade e o mundo
Práticas instituídas pelos princípios do ESG afetam empresas no MS e em todo
o país**

ANA CAROLLINE KRASNIEVICZ HOMEM

**Campo Grande
2025**

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)
Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br



ANA CAROLLINE KRASNIEVICZ HOMEM

Responsabilidade com a comunidade e o mundo Práticas instituídas pelos princípios do ESG afetam empresas no MS e em todo o país

Relatório apresentado como requisito parcial para aprovação na Componente Curricular Não Disciplinar (CCND) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Jornalismo da Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (FAALC) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Orientadora: Profa. Dra. Laura Seligman

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)
Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Título do Trabalho: "Responsabilidade com a comunidade e o mundo"

Acadêmica: Ana Caroline Krasnievicz Homem

Orientadora: Laura Seligman

Data: 25/11/2025

Banca examinadora:

1. Hélder Silva Lima
2. Kamila Alcântara

Avaliação: (x) Aprovado () Reprovado

Parecer: A banca indica o trabalho para premiação em eventos da área e destaca a qualidade do trabalho.

Campo Grande, 25 de novembro de 2025.

**NOTA
MÁXIMA
NO MEC**

**UFMS
É 10!!!**



Documento assinado eletronicamente por **Laura Seligman, Professora do Magistério Superior**, em 25/11/2025, às 10:45, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6017899** e o código CRC **25633EE9**.

COLEGIADO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO (BACHARELADO)

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário

79070-900 - Campo Grande (MS)

Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br



AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à minha mãe e ao meu pai, pois foram os principais responsáveis por grande parte do meu crescimento pessoal e social. Se não fosse por vocês, eu não seria quem sou hoje.

Em seguida, estendo minha gratidão à minha avó e ao meu tio, que, durante toda a minha graduação, juntamente com meus pais, tornaram possível minha estadia e permanência na universidade.

Agradeço também a todos os colegas — jornalistas e, com minha aprovação, colegas jornalistas — que cruzaram meu caminho, que me permitiram cruzar os seus e que, de alguma forma, ajudaram a moldar a profissional e pessoa que me torno a cada dia.

Por último, mas não menos importante, agradeço à minha orientadora, que nunca desistiu de mim, mesmo quando eu mesma duvidei do meu trabalho. A senhora acreditou, e por isso serei eternamente grata.

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)
Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	8
1.1 Execução	8
1.2 Dificuldades Encontradas	9
1.3 Objetivos Alcançados	10
2 SUPORTES TEÓRICOS ADOTADOS	12
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
4 REFERÊNCIAS	19
APÊNDICES	21



RESUMO

O trabalho aborda o conceito de ESG (Environmental, Social and Governance), criado pela ONU em 2004 para integrar práticas ambientais, sociais e de governança ao mercado financeiro. A pesquisa tem como objetivo principal produzir uma reportagem informativa sobre o ESG e sua aplicação no contexto do Mato Grosso do Sul, destacando como essas práticas podem contribuir para o desenvolvimento sustentável regional. A metodologia consiste em pesquisa bibliográfica, análise de dados e entrevistas com especialistas e representantes de instituições locais. O estudo busca disseminar conhecimento, promover a conscientização sobre sustentabilidade e evidenciar iniciativas que alinham crescimento econômico, responsabilidade social e preservação ambiental. A reportagem propõe-se a inspirar empresas e comunidades a adotarem práticas éticas e sustentáveis, reforçando o papel do jornalismo na construção de uma sociedade mais consciente e responsável.

PALAVRAS-CHAVE:

Comunicação – Jornalismo Empresarial – Sustentabilidade – ESG – Desenvolvimento

Regional – Mato Grosso do Sul



INTRODUÇÃO

Em 2004, o então secretário-geral da ONU, Kofi Annan, propôs a 50 presidentes das principais instituições financeiras globais o desafio de desenvolver soluções que incluíssem aspectos sociais, ambientais e de governança no mercado financeiro. Essa iniciativa resultou na criação do conceito ESG (Environmental, Social and Governance), que representa três pilares essenciais para uma gestão não apenas economicamente rentável, mas responsável e sustentável.

O pilar ambiental envolve ações voltadas à redução de emissões de carbono, uso sustentável de recursos naturais, gestão eficiente de resíduos e adoção de energias renováveis, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas. O pilar social contempla a promoção da diversidade, inclusão, condições adequadas de trabalho, respeito aos direitos humanos e engajamento com as comunidades locais. Já a governança refere-se à condução ética, transparente e responsável das organizações, por meio de políticas claras, práticas de controle interno e liderança eficaz.

Nos últimos anos, o ESG ganhou destaque global como critério para avaliar sustentabilidade e impacto social das organizações, alinhando crescimento econômico à preservação ambiental e ao bem-estar social. O contexto das mudanças climáticas, evidenciado pelo relatório da Organização Meteorológica Mundial de 2023, reforça a necessidade de metas de redução de gases de efeito estufa, alinhadas ao compromisso das organizações em evitar impactos irreversíveis para o planeta. Apesar de sua relevância, as práticas ESG ainda são pouco conhecidas pela população, o que evidencia a importância de disseminar conhecimento.

Nesse sentido, este trabalho propõe a produção de uma reportagem que contextualiza o ESG e analisa sua aplicação no Mato Grosso do Sul, destacando convergências com economia, turismo sustentável e responsabilidade social. A reportagem busca demonstrar como empresas, organizações e políticas públicas podem adotar práticas sustentáveis, gerar impacto positivo na sociedade, preservar o meio ambiente e inspirar ações éticas e responsáveis, promovendo um desenvolvimento sustentável e inclusivo na região.



1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

As atividades desenvolvidas no projeto seguiram o planejamento inicial, com pequenas adaptações ao longo do processo, e incluíram:

1. Levantamento bibliográfico e documental sobre ESG, sustentabilidade, ODS e práticas empresariais e governamentais aplicadas ao Mato Grosso do Sul.
2. Análise de relatórios e dados oficiais, incluindo informações de organismos internacionais, nacionais e regionais sobre mudanças climáticas, impacto social e práticas de governança.
3. Entrevistas com especialistas e representantes, realizadas com o objetivo de compreender a aplicação prática do ESG em empresas, organizações e políticas públicas da região. Todas as entrevistas foram conduzidas de forma remota, devido à distância de algumas fontes em relação a Campo Grande. O formato remoto facilitou a gravação, a transcrição dos depoimentos e o acesso completo aos materiais para consulta.
4. Planejamento e roteiro da reportagem, com a estruturação dos tópicos, dos pilares do ESG e das áreas de destaque, como turismo sustentável e responsabilidade social. O planejamento também deu ênfase à análise da transformação da economia do Mato Grosso do Sul, do setor agropecuário para o agroindustrial, contextualizando o tema dentro da realidade regional.
5. Redação da reportagem, integrando dados, análises, depoimentos e exemplos de boas práticas na região.
6. Revisão e edição do texto, garantindo clareza, coerência e adequação ao formato jornalístico e acadêmico.

Essas atividades permitiram abordar o conceito de ESG de forma contextualizada, destacando seu impacto social, ambiental e econômico, bem como a importância da conscientização e adoção de práticas sustentáveis na realidade do Mato Grosso do Sul

1.1 Execução

Procedimentos O Trabalho de Conclusão de Curso teve como tema central o conceito de ESG, criado com o propósito de integrar práticas ambientais, sociais e de governança ao mercado financeiro. A proposta consistiu na produção de uma reportagem informativa sobre a aplicação do ESG no contexto do Mato Grosso do Sul, evidenciando como essas práticas podem contribuir para o desenvolvimento sustentável regional.



A execução do trabalho seguiu uma metodologia que combinou pesquisa bibliográfica, análise de dados e entrevistas com especialistas e representantes de instituições locais e nacionais.

Foram realizadas entrevistas presenciais e remotas com fontes especializadas em sustentabilidade, inovação e políticas públicas, a fim de obter diferentes perspectivas sobre a implementação dos princípios ESG no estado.

Após a coleta de informações, iniciou-se o processo de transcrição e decupagem das entrevistas, etapa fundamental para a organização e seleção dos trechos mais relevantes. Com base nesse material, foi realizada a redação da reportagem, estruturada de forma a combinar contextualização teórica, dados e relatos das fontes, buscando uma narrativa informativa e acessível.

Por fim, o texto passou por revisão e editoração, adequando-se aos padrões jornalísticos e acadêmicos exigidos. O resultado é uma reportagem que busca disseminar conhecimento sobre ESG, promover a conscientização sobre sustentabilidade e evidenciar iniciativas regionais que conciliam crescimento econômico, responsabilidade social e preservação ambiental.

A produção reforça o papel do jornalismo como instrumento de educação e transformação social, incentivando empresas e comunidades a adotarem práticas éticas, responsáveis e sustentáveis.

1.2 Dificuldades Encontradas

Durante a execução do trabalho, algumas dificuldades foram identificadas tanto no aporte teórico quanto nos aspectos práticos de apuração e produção da reportagem.

No campo teórico, o principal desafio foi delimitar o conceito de ESG, dada a amplitude do tema e a diversidade de interpretações existentes entre autores, instituições e setores econômicos. Por se tratar de uma abordagem relativamente recente e em constante atualização, foi necessário um esforço adicional na seleção de fontes bibliográficas e documentos confiáveis que apresentassem uma base conceitual sólida e atualizada.

Outra dificuldade teórica esteve relacionada à aplicação do conceito de ESG à realidade regional do Mato Grosso do Sul. Houve escassez de estudos acadêmicos e



dados públicos específicos sobre o tema no contexto local, o que exigiu maior dedicação à busca por informações em relatórios institucionais, portais governamentais e entrevistas com especialistas.

No âmbito prático, uma das principais dificuldades foi a disponibilidade das fontes para entrevista. Alguns representantes de instituições e empresas que atuam com práticas sustentáveis apresentaram resistência ou demora nas respostas, o que impactou o cronograma inicialmente previsto. Além disso, a conciliação entre os horários das entrevistas, a rotina acadêmica e o prazo de entrega também demandou uma gestão rigorosa do tempo.

A etapa de decupagem e redação exigiu atenção especial, devido ao grande volume de informações coletadas e à necessidade de selecionar os trechos mais representativos sem comprometer a diversidade de perspectivas. Por fim, o processo de revisão e finalização da reportagem também demandou ajustes de linguagem e estrutura, de modo a equilibrar o caráter informativo do texto com a clareza e fluidez exigidas pelo jornalismo.

Apesar dessas dificuldades, todas as etapas foram concluídas com êxito, contribuindo significativamente para o aprendizado prático e teórico sobre o tema, bem como para o aprimoramento das habilidades jornalísticas e de pesquisa da autora.

1.3 Objetivos Alcançados

O trabalho teve como objetivo principal produzir uma reportagem informativa sobre o conceito de ESG (Environmental, Social and Governance) e sua aplicação no contexto do Mato Grosso do Sul, evidenciando como essas práticas podem contribuir para o desenvolvimento sustentável regional. Além disso, buscou-se disseminar conhecimento sobre o tema, promover a conscientização acerca da sustentabilidade e destacar iniciativas locais que conciliam crescimento econômico, responsabilidade social e preservação ambiental.

De modo geral, os objetivos propostos foram plenamente alcançados. A reportagem conseguiu apresentar o conceito de ESG de forma acessível e contextualizada, integrando informações teóricas, dados e entrevistas com especialistas



e representantes de instituições relevantes. O conteúdo final cumpriu a proposta de aprofundar o debate sobre sustentabilidade no estado e demonstrar a importância de incorporar critérios ambientais, sociais e de governança nas estratégias públicas e privadas.

Durante o processo, não houve alterações significativas nos objetivos iniciais, apenas adequações naturais à medida que a apuração avançava e novas perspectivas surgiam nas entrevistas. Essas adaptações contribuíram para enriquecer o material e torná-lo mais representativo da realidade local.

A produção da reportagem também permitiu o desenvolvimento de competências jornalísticas, como pesquisa, apuração, análise crítica e redação, além de consolidar o aprendizado teórico adquirido ao longo do curso. Assim, o trabalho atendeu satisfatoriamente tanto aos objetivos acadêmicos quanto aos profissionais, reforçando o papel do jornalismo como agente de informação, reflexão e transformação social.



2 SUPORTES TEÓRICOS ADOTADOS

ESG é uma sigla que ganhou destaque nos últimos anos e representa três pilares fundamentais que empresas públicas e privadas vêm considerando em suas operações: Ambiental, Social e Governança. Cada um desses aspectos aborda áreas específicas que são consideradas essenciais para uma gestão responsável e sustentável.

Essas práticas representam um conjunto de critérios pelos quais as empresas são avaliadas quanto ao seu desempenho em áreas relacionadas ao meio ambiente, responsabilidade social e governança corporativa. Sua importância reside na capacidade de fornecer um quadro abrangente para avaliar o impacto de empresas e organizações não apenas em termos de lucratividade financeira, mas também em termos de sustentabilidade ambiental, equidade social e integridade corporativa.

As práticas ESG refletem as iniciativas das empresas que geram impacto para remediar os danos ao meio ambiente, injustiças sociais e melhorar as suas práticas de governança, seja a empresa pertencente ao setor público ou privado” (WALTER, 2020).

Além disso, as práticas ESG estão alinhadas com as demandas crescentes da sociedade por empresas responsáveis e éticas. Com a progressiva conscientização sobre questões ambientais, sociais e de governança, as empresas que adotam abordagens ESG estão mais bem posicionadas para atrair investidores, clientes e talentos, além de mitigar riscos associados a questões como mudanças climáticas, desigualdade social e corrupção.

A justificativa, em termos simples, é de que as pressões decorrentes dos problemas globalmente enfrentados nesses campos estão levando a transformações profundas no ambiente de negócios. (BELINK, 2021, p. 38)

No âmbito ambiental, as organizações que adotam este método procuram implementar práticas destinadas a minimizar o impacto adverso sobre o meio ambiente. Tais práticas abrangem a redução das emissões de carbono, a promoção do uso sustentável dos recursos naturais, a gestão eficaz dos resíduos e a adoção de fontes de



energia renovável. Ao priorizar ações voltadas à responsabilidade ambiental, essas organizações contribuem para a preservação dos ecossistemas e para a mitigação das mudanças climáticas.

No aspecto social, as organizações demonstram preocupação com o impacto de suas atividades na sociedade em geral e nas comunidades locais. Isso implica em promover a diversidade e a inclusão no ambiente de trabalho, assegurar condições de trabalho adequadas e seguras para os colaboradores, respeitar os direitos humanos e se envolver com as comunidades locais.

Por fim, no que concerne à governança, essas organizações buscam garantir que suas operações sejam conduzidas de maneira ética, transparente e responsável. Isso inclui estabelecer políticas claras de governança corporativa, adotar práticas de controle interno, promover a transparência na prestação de contas e garantir uma estrutura de liderança eficaz e responsável.

Ao considerar esses três pilares em suas decisões e práticas comerciais, as organizações adotam uma abordagem ESG que busca não apenas o sucesso financeiro a curto prazo, mas também o impacto positivo a longo prazo no meio ambiente, na sociedade e na própria sustentabilidade do negócio. O ESG tem se tornado cada vez mais importante não apenas como uma questão de responsabilidade social, mas também como um fator determinante para o desempenho e a reputação das empresas no mercado global.

Portanto, a importância das práticas ESG, reside na sua capacidade de fornecer uma estrutura analítica abrangente para avaliar o desempenho e o impacto das empresas, promover a sustentabilidade e a responsabilidade corporativa e responder às expectativas crescentes das partes interessadas em relação à conduta empresarial ética e transparente.

O artigo “Influence of Environmental, Social and Governance Practices on the Performance of Brazilian Companies”, publicado por Forte et al. na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), analisa a relação entre práticas ESG e o desempenho corporativo de empresas brasileiras. O estudo parte da premissa de que a adoção de práticas sustentáveis e socialmente responsáveis tem se tornado um diferencial



competitivo no mercado, especialmente em um cenário global em que investidores e consumidores valorizam cada vez mais critérios de sustentabilidade e ética empresarial.

Com base em uma amostra de companhias brasileiras de capital aberto, os autores aplicaram indicadores de desempenho econômico e índices de sustentabilidade para avaliar a influência das dimensões ambiental (E), social (S) e de governança (G) sobre os resultados financeiros.

Os principais achados apontam que Empresas com maior comprometimento com práticas ambientais, como gestão de resíduos, uso eficiente de recursos e redução de emissões, tendem a apresentar melhor reputação e menores riscos regulatórios. As práticas sociais, voltadas ao bem-estar dos colaboradores, diversidade e relacionamento com comunidades, contribuem positivamente para o engajamento interno e a imagem institucional. E a governança corporativa sólida, com transparência, ética e controle eficiente, mostrou-se o fator mais determinante na relação entre ESG e desempenho financeiro.

O autor do estudo conclui que há correlação positiva entre práticas ESG e resultados financeiros, especialmente quando as ações são integradas à estratégia de negócios, e não tratadas de forma isolada. Para o contexto brasileiro, os autores ressaltam que a consolidação da agenda ESG ainda enfrenta desafios, como a falta de padronização de indicadores e a necessidade de maior comprometimento institucional.

Diante dos resultados obtidos, a pesquisa apresenta evidências de que há relação positiva entre o engajamento em práticas ambientais, sociais e de governança e o valor de mercado das empresas brasileiras. Os achados do estudo mostram que, de fato, as práticas ASG podem impactar positivamente o desempenho financeiro e de mercado das organizações.)em termos simples, é de que as pressões decorrentes dos problemas globalmente enfrentados nesses campos estão levando a transformações profundas no ambiente de negócios. (Forte, 2024, p. 16)

No setor do agronegócio, uma das principais indústrias responsáveis por suprir a demanda mundial por alimentos, a preocupação global com a sustentabilidade e a responsabilidade social se torna ainda mais relevante.

O setor também enfrenta questões sociais significativas, incluindo condições de trabalho, saúde e segurança dos trabalhadores, trabalho infantil, acesso à terra e direitos



dos povos indígenas e comunidades rurais. Trata-se de uma área que também está envolvida na segurança alimentar e nutricional, desempenhando um papel importante na garantia do acesso a alimentos adequados para a população mundial. A adoção de práticas ESG pode impulsionar a responsabilidade social no agronegócio, garantindo melhores condições de trabalho, respeito aos direitos humanos e promoção da inclusão social. Empresas podem investir em programas de desenvolvimento comunitário, apoiando o desenvolvimento local e melhorando a qualidade de vida das comunidades em que operam (Maniglia, 2009).

A transparência e a prestação de contas também são aspectos importantes da governança corporativa que podem contribuir para a responsabilidade social. Empresas que divulgam informações sobre suas práticas sociais e adotam políticas claras de direitos humanos tendem a ser mais confiáveis e a atrair o interesse de investidores e consumidores preocupados com essas questões. Um dos maiores desafios na implementação de práticas ESG no agronegócio é a resistência cultural e a necessidade de uma mudança de mentalidade. Muitas empresas estão acostumadas a operar de forma tradicional, focando exclusivamente nos resultados financeiros de curto prazo. A transição para uma abordagem mais sustentável e responsável requer uma mudança cultural que envolva todos os níveis da organização. Superar essa resistência requer liderança comprometida, que seja capaz de articular uma visão clara e convincente para o futuro sustentável da empresa. Além disso, é fundamental envolver os funcionários e garantir que eles compreendam a importância e os benefícios das práticas ESG para a empresa e para a sociedade como um todo (Castilho, 2021).

A cultura ESG é um conjunto de práticas que visam a sustentabilidade ambiental, social e de governança. No setor do agronegócio, a cultura ESG traz diversos benefícios, tanto para os produtores rurais quanto para a sociedade como um todo, dentre os quais merecem destaque:

- a) Melhoria da produtividade: As práticas sustentáveis podem ajudar a melhorar a produtividade das culturas e da pecuária, por meio da redução de custos, do aumento da eficiência e da melhoria da qualidade dos produtos.
- b) Redução de riscos: As práticas sustentáveis podem ajudar a reduzir os riscos associados à produção agrícola, como a poluição ambiental, a escassez de recursos e as mudanças climáticas.
- c) Melhoria da imagem: As empresas que adotam práticas sustentáveis são geralmente



mais bem vistas pelos consumidores e pelos investidores, o que pode levar a um aumento das vendas e dos lucros. (Ferreira da Silva, 2024).

Na visão da Organização das Nações Unidas (ONU), a sustentabilidade envolve os seguintes aspectos: conservação do solo, da água e dos recursos genéticos animais e vegetais, além de não degradar o ambiente, ser tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente aceito (Giordano, 2005).

A noção de sustentabilidade incorpora uma clara dimensão social e implica atender também as necessidades dos mais pobres de hoje, outra dimensão ambiental abrangente, uma vez que busca garantir que a satisfação das necessidades de hoje não pode comprometer o meio ambiente e criar dificuldades para as gerações futuras. Nesse sentido, a ideia de desenvolvimento sustentável carrega um forte conteúdo ambiental e um apelo claro à preservação e à recuperação dos ecossistemas e dos recursos naturais (Buainain, 2006, p. 47).

De acordo com Silva (2012, p. 10) a questão da sustentabilidade tem grande importância para as organizações e também para toda a sociedade, haja vista a crescente conscientização da necessidade de melhoria nas condições ambientais, econômicas e sociais, de forma a aumentar qualidade de vida de toda a sociedade, assim como ter organizações sustentáveis econômicas e indivíduos socialmente sustentáveis. Percebe-se no agronegócio, de forma mais evidente, ações de sustentabilidade ou insustentabilidade ambiental. Entretanto, as demais dimensões não estão ausentes, sendo em alguns casos menos evidentes, dependendo do enfoque que é dado pelas organizações atuantes no segmento do agronegócio. Fica claro que não é possível falar em sustentabilidade empresarial apenas sob uma dimensão, mesmo que essa se sobressaia sobre as demais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Trabalho de Conclusão de Curso teve como propósito aprofundar a compreensão sobre o conceito de ESG (Environmental, Social and Governance) e analisar sua



aplicação no contexto do Mato Grosso do Sul, destacando como as práticas ambientais, sociais e de governança vêm sendo incorporadas à realidade local. A partir de uma abordagem jornalística, o estudo buscou traduzir um tema técnico e, por vezes, restrito ao meio corporativo, em uma reportagem informativa e acessível, capaz de promover reflexão e conscientização sobre o papel da sustentabilidade no desenvolvimento regional.

Durante o processo de execução, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, entrevistas com especialistas e representantes de instituições locais e uma análise de dados que permitiu compreender como o Estado tem se posicionado em relação à agenda ESG. A reportagem resultante apresentou iniciativas que demonstram o avanço de políticas públicas, ações empresariais e projetos sociais que visam equilibrar crescimento econômico, responsabilidade social e preservação ambiental.

Os resultados alcançados confirmam que o Mato Grosso do Sul vive um momento de transformação, impulsionado por programas como o MS Carbono Neutro 2030 e pela expansão de práticas sustentáveis no agronegócio, na indústria e na gestão pública. O trabalho evidenciou que, embora existam desafios, como a necessidade de maior integração entre os setores público e privado e a ampliação do acesso à informação, há um movimento consistente rumo à consolidação de uma economia mais verde e inclusiva.

No âmbito acadêmico e profissional, a realização do TCC possibilitou o aperfeiçoamento de habilidades jornalísticas fundamentais, como pesquisa, apuração, análise crítica e redação, além de proporcionar uma compreensão mais ampla sobre o papel do jornalismo na mediação entre conhecimento técnico e interesse público. O trabalho reafirma a importância do jornalismo como instrumento de transformação social, capaz de aproximar a sociedade de temas estratégicos e urgentes, como a sustentabilidade e a responsabilidade corporativa.

Conclui-se, portanto, que o projeto atingiu seus objetivos de forma satisfatória, contribuindo não apenas para o debate sobre ESG no Mato Grosso do Sul, mas também para a formação crítica e ética da autora enquanto profissional de comunicação. A reportagem cumpre sua função de informar, sensibilizar e inspirar, reforçando que o compromisso com o desenvolvimento sustentável é uma responsabilidade compartilhada entre governos, empresas e cidadão





4 REFERÊNCIAS

BUAINAIN, A. M. et al. Peculiaridades Regionais da Agricultura Familiar Brasileira. In: SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. (Orgs.). Gestão Integrada da Agricultura Familiar. São Carlos: EdUFSCar, 2005. BUAINAIN, A. M. Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável: questões para debate. Brasília: IICA, 2006. Disponível em: <http://repositorio.iica.int/handle/11324/7555>

BELINK, A. Seu ESG é sustentável? GV Executivo, Fundação Getúlio Vargas. V 20. 41. 38-44. OUT/DEZ 2021. Acesso em: 5 de abril de 2024.

CASTILHO, Alexandre Rafael Barbosa et al. A relação entre estratégias de adaptação e mitigação às mudanças climáticas e desempenho financeiro de empresas brasileiras (2021). Disponível em: https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/pt_BR/article/view/1770

ESG (Environmental, Social and Corporate Governance) e a comunicação: o tripé da sustentabilidade aplicado às organizações globalizadas. (2021). *Revista Alterjor*, 24(2), 79-95.

FERREIRA DA SILVA, Amanda Daniela. CONSIDERATIONS ABOUT THE “E.S.G.” CONCEPT IN THE CONTEXT OF BRAZILIAN AGRIBUSINESS. *Revista Interface Tecnológica*, Taquaritinga, SP, v. 20, n. 2, p. 826–836, 2024. DOI: 10.31510/infa.v20i2.1770. Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/article/view/1770>.

FORTE, Hyane Correia; CRISÓSTOMO, Vicente Lima; PEIXOTO NETO, Leonardo Moura. *Influence of Environmental, Social and Governance Practices on the Performance of Brazilian Companies*. Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 95-117, 2023. https://revistas.ufrr.br/index.php/scg/article/view/62403?utm_source=

GIORDANO, S. R. Gestão Ambiental no Sistema Agroindustrial. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição. 1. ed. – 3. reimpr. – São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. p. 255-281. KAMIYAMA, A. Cadernos de Educação Ambiental: agricultura sustentável. São Paulo: SMA, 2011. Disponível em: <https://repositorio.cetesb.sp.gov.br/handle/123456789/2326>

INFANTE, Isabel - Emissões Livres. In *Revista Exame Informática*, nº130, abril, 106-109, 2006.

State of the Global Climate 2023, Weather climate water, World Meteorological Organization. No. 1347. Disponível em: [file:///C:/Users/Ana%20Krasnievicz/Downloads/1347 Statement 2023 en%20relatorio %20clima.pdf](file:///C:/Users/Ana%20Krasnievicz/Downloads/1347%20Statement%202023%20relatorio%20clima.pdf).



MANIGLIA, Elisabete. As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar (2009.) Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/s3vn9/pdf/maniglia-9788579830143.pdf>

SILVA, Devanildo Braz da. Sustentabilidade no Agronegócio: dimensões econômica, social e ambiental. Comunicação & Mercado - Revista Internacional de Ciências Sociais Aplicadas da UNIGRAN, v. 1, p. 23-34, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/6739>

WALTER, I. Sense and Nonsense in ESG Ratings. Journal of Law, Finance, and Accounting, , 5: 307–336, 2020. Acesso em: 5 de abril de 2024.



APÊNDICES

Transcrição das Entrevistas completas

1) Bruno Barborsa, Sócio-Diretor de operações CAUSE

BRUNO: Bom, eu sou o Bruno Barbosa, sou gestor de Políticas Públicas de Formação. Eu fiz mais de carreira acadêmica, tenho mestrado em gestão para competitividade, com ênfase em sustentabilidade. Então esse foi super um objeto, ainda foi um pouco antes dessa onda toda do SG, já era comentado, mas ainda não tinha explodido, nem aqui no Brasil. Mas o mestrado teve muito esse foco da sustentabilidade dentro da gestão corporativa. Isso foi uma ferramenta para aumentar a competitividade e ver como gerar valor. Para a sociedade. Em termos de carreira, começo com inteligência de mercado, trabalhando numa empresa de pesquisa, na Canta, que hoje é a Canta Hip-Hop, então começo ali trabalhando com inteligência de mercado, pesquisa, e logo depois entrei para o mercado de negócios de impacto social, trabalhei o tempo na Quintessa, que é uma aceleradora de negócios de impacto social. Então, já tenho uma super conexão, muito antes dessa olhada do SG Estoura, já tinha os negócios de impacto, o mercado que estava começando a aparecer e se fortalecer comigo. Depois do clintessa fui para Causse, que é onde eu trabalho até hoje. Hoje eu procuro um sócio-diretor, trabalho em operações, mas passando por outros, de aros, digital, processos, sempre estratégia, dos projetos que a gente faz. É... Então, eu só vou ir da minha aba, e ele faz a resposta.

ANA: Perfeito. Bruno, eu vou começar com você do início, de como eu começo com todos os meus entrevistados. O que é o ESG para você?

BRUNO: Perfeito, ótima. Ótima permita. É... O ESG, eu acho até interessante o título do trabalho, que é o que a gente procura. O SG, porque eu acho que tem uma grande confusão dos termos, por exemplo, o que é sustentabilidade, o que é responsabilidade social corporativa, o que é SG, e eu acho que eles, de fato, eles têm diferenças importantes entre uma coisa e a outra. Então tem muita gente que fala, ah, o SG é uma nova sustentabilidade, uma nova responsabilidade social corporativa, e eu acredito que não, porque para mim o SG surge como uma lente para, principalmente os investidores, tomarem melhores decisões em relação à alocação de capitais. Ou a alocação desse investimento.

ANA: Bom, eu sou o Bruno Barbosa, sou gestor de Políticas Públicas de Formação. Formei aqui na Rússia há uns bons anos atrás, agora já. Depois eu fiz mais de carreira acadêmica, tenho mestrado em gestão para competitividade, com ênfase em sustentabilidade. Então esse foi super um objeto, ainda foi um pouco antes dessa onda toda do SG, já era comentado, mas ainda não tinha explodido, nem aqui no Brasil. Mas o mestrado teve muito esse foco da sustentabilidade dentro da gestão corporativa. Isso foi uma ferramenta para aumentar a competitividade e ver como gerar valor. Para a sociedade. Em termos de carreira, começo com inteligência de mercado, trabalhando numa empresa de pesquisa, na Canta, que hoje é a Canta Hip-Hop, então começo ali trabalhando com inteligência de mercado, pesquisa, e logo depois entrei para o mercado de negócios de impacto social, trabalhei o tempo na Quintessa, que é uma aceleradora de negócios de impacto social. Então, já tenho uma super conexão, muito antes dessa olhada do SG Estoura, já tinha os negócios de impacto, o mercado que estava



começando a aparecer e se fortalecer comigo. Depois do clintessa fui para Causse, que é onde eu trabalho até hoje. Hoje eu procuro um sócio-diretor, trabalho em operações, mas passando por outros, de aros, digital, processos, sempre estratégia, dos projetos que a gente faz. É... Então, eu só vou ir da minha aba, e ele faz a resposta.

ANA: Perfeito. Bruno, eu vou começar com você do início, de como eu começo com todos os meus entrevistados. O que é o ESG para você?

BRUNO: Perfeito, ótima. Ótima permita. É... O ESG, eu acho até interessante o título do trabalho, que é o que a gente procura. O SG, porque eu acho que tem uma grande confusão dos termos, por exemplo, o que é sustentabilidade, o que é responsabilidade social corporativa, o que é SG, e eu acho que eles, de fato, eles têm diferenças importantes entre uma coisa e a outra. Então tem muita gente que fala, ah, o SG é uma nova sustentabilidade, uma nova responsabilidade social corporativa, e eu acredito que não, porque para mim o SG surge como uma lente para, principalmente os investidores, tomarem melhores decisões em relação à alocação de capitais. Ou a alocação desse investimento. Então, assim, é um instrumento para você conseguir avaliar se um ativo tem maior ou menor risco a depender dos fatores sociais, ambientais e de governança. As letrinhas do SG, environmental, social and governance. Então, assim, ele surge nesse contexto de que o mercado, especialmente o mercado financeiro, ele entendeu que se não forem observadas essas dimensões, você está perdendo, você está deixando de lado fatores importantes na tomada de decisão em relação a investimento. Então, por isso começaram a analisar, não só o retorno econômico-financeiro, mas se essa empresa também tem boas práticas e políticas relacionadas a questões sociais, ambientais e de governança. Então, para mim, o SG é isso, né? É uma estratégia de avaliação de negócios e investimentos para tomar decisões de negócios mais qualificadas e considerar outras dimensões, não só econômico-financeiras.

ANA: Bruno, eu queria que você explicasse para mim como que você enxerga hoje a Causse e... Vocês estão aí com o quê? Já seis anos de empresa?

BRUNO: Nove? A gente está com onze, doze anos de empresa.

ANA: Doze anos de empresa. E aí, há doze anos atrás, quem falava sobre ESG, né? Até hoje, eu tenho muita dificuldade em encontrar conteúdos e pesquisadores brasileiros. 90% do que a gente tem sobre ESG hoje nas pesquisas são todas em inglês. E aí, eu queria que você me desse um cenário que você observa hoje dessa coisa. Você falou assim, mesmo antes da gente bombar, da gente estourar essa bolha do ESG de todo mundo estar falando. Eu queria que você falasse um pouco como que era isso antes e depois desse novo conhecimento, dessa novidade.

BRUNO: Perfeito. É assim, realmente, há 12 anos atrás ninguém falava em ESG, tá? O termo surge a partir de um ex-presidente ali do Pacto Global da ONU, foi o Kofi Annan, né? É um documento que o Pacto lançou há um tempo atrás, quando ele era presidido pelo Kofi Annan. Então ele surge com essa ideia das instituições financeiras passarem a olhar essas dimensões, mas no primeiro momento meio que ninguém deu muita bola. Demorou o termo pegar de fato. Mas antes, lógico, existiam outras coisas similares que as empresas já trabalhavam: existia já a sustentabilidade dentro das corporações e aí você tem N exemplos aqui no Brasil — Natura, Suzano, e outras grandes indústrias que já trabalhavam com essa visão de sustentabilidade, de como contribuir por meio do negócio com a sustentabilidade do planeta. Esse é o conceito maior, ligado ao desenvolvimento sustentável, cunhado ao longo de décadas de discussões nas Nações



Unidas. O ESG, ele já surge em um outro momento: pensar quais são os temas ligados à sustentabilidade, sociais e ambientais que interferem no universo de investimentos. Então, são coisas um pouco diferentes. Sustentabilidade envolve política pública, Estado, sociedade civil. ESG é mais do mercado, mas acaba contribuindo para essa visão maior. Antes já se falava em sustentabilidade e responsabilidade social corporativa, mas o ESG chega com força pelo mercado financeiro, para reduzir riscos e proteger ativos.

ANA: Eu entendo que o trabalho da Causse seja... Vou dar o exemplo do meu trabalho: hoje eu trabalho com a Energisa.

ANA: Eu sou estagiária do primeiro BP deles sobre comunicação e sustentabilidade. Então, os nossos pilares de trabalho...

BRUNO: Desculpa te interromper, Ana. Entrou uma ligação aqui e aí eu não consegui ouvir o que você falou. Você pode repetir, por favor?

ANA: Claro, claro. Aqui a gente vai misturar um pouco sobre o que eu posso acompanhar no dia a dia. Por exemplo, eu trabalho na Energisa hoje. Eu sou estagiária do primeiro BP voltado para comunicação e sustentabilidade, voltado justamente para isso: mitigação de impacto, mobilidade social. Eu digo assim que colocar o selo ESG é querer colocar um selo verde na sua empresa. Mas não é só uma arte, não é só um selo que você vai lá e cola. É como um ISO 9001, por exemplo: você mostrar, colocar toda a narrativa e organizar tudo para mostrar por onde você é uma empresa sustentável. E, por mais que a gente conheça a necessidade, eu queria entender com você: quando pensamos em corporativismo, pensamos muito no capitalismo, meios de produção, lucro acima de tudo. Claro que o ESG também cai nisso, mas até onde você sente que o mercado está mais disposto a destinar recursos para cultura, mobilidade social, deixar de ganhar um pouco para devolver para a sociedade?

BRUNO: Certo. É uma boa pergunta. Acho que, no primeiro momento, ESG é sobre negócios, não é sobre outras coisas. Uma empresa trabalhar com questões sociais, ambientais e de governança, a princípio, não é porque tem uma visão de mundo mais bacana ou quer fazer o bem — é puramente questão de negócio. Por meio desse olhar, você mitiga riscos ambientais, sociais, reputacionais, atrai colaboradores, melhora a marca. ESG acontece porque há consciência dos impactos, mas também porque protege o negócio. Para além do ESG, algumas empresas ou empresários têm causas próprias, atuam sem pensar no retorno financeiro. Mas no caso de impacto ambiental, se a empresa não rever seu impacto, pode perder sua própria base produtiva.

BRUNO: Exatamente. Então, por exemplo, você pega uma empresa de papel e celulose, uma Klabin, uma Suzano: elas têm muitas áreas de florestas preservadas. Essas florestas protegem a produção delas também. Além de ser ótimo para o meio ambiente e biodiversidade, é uma forma de proteger sua produção de celulose. Ou, por exemplo, uma mineradora: se não tomar cuidado com questões ambientais, pode haver um acidente horroroso como as barragens de Mariana ou Brumadinho. Além de ser tenebroso para todos, é muito complicado se recuperar de algo dessa magnitude.

ANA: E a gente tem aquela coisa da mitigação de conduta, que foi exatamente o caso da Vale depois de Brumadinho. É até um case que a gente tem hoje no mundo do ESG: a empresa fez grandes transformações de sustentabilidade dentro dela.

BRUNO: Tem que fazer, né? Na marra.

ANA: Na marra, mas feio isso. Bruno, se eu te pergunto algo voltado ao Mato Grosso do Sul, será que você saberia responder? Vou te dar um pequeno contexto: hoje temos um



governador aqui que é o Hidel [incompleto na transcrição]. De informação, e ele veio — por mais que eu não goste tanto do partido dele — em boa hora, porque essa coisa da biologia ajuda. A gente é um estado que tem 62% do Pantanal brasileiro. E estamos passando de uma economia agropecuária para uma economia agroindustrial. Temos Suzano, ADM do Brasil, Coamo, várias empresas que vieram pra cá. Nessa transição para o agroindustrial, precisamos manter o meio ambiente, ainda mais com um bioma distinto, com épocas de fogo, seca, alagamento. Alô? Você está me escutando?

BRUNO: Estou, assim, eu vi até onde você falou do bioma tão distinto, que tem época de fogo, de alagamento, de seca. E aí não ouvi mais.

ANA: Ah, tá. E aí a gente tem essa transformação do agro para o agroindustrial, puxado junto com todos esses cuidados. Eu queria que você me dissesse como podemos extrair e desenvolver medidas para não ser um parasita também, prolongar a vida útil das indústrias. Empresas, instituições... ter, eu escrevi aqui mas não entendi minha letra, “instituição alguma coisa de valor”. Queria que você falasse um pouco disso: dessa indústria que entra no ESG. Porque é muito fácil falar de uma Suzano, por exemplo, que precisa da árvore para crescer e produzir celulose. Mas e outras grandes empresas? O Brasil ainda é fornecedor de serviços básicos, matéria-prima para o mundo. Como colocar o Brasil nessa sustentabilidade, já que somos a “fazenda do mundo”?

BRUNO: É assim, acho fundamental ter essa visão como política de Estado. Pensando no Mato Grosso do Sul, como fomentar agroindústria de forma sustentável, respeitando limites ambientais, comunidades do entorno, trabalho decente. O Estado pode atrair e fomentar negócios que tenham visão sustentável, e não os mais predatórios, que extraem por um período e depois vão embora. Para pensar em sustentabilidade, precisa haver visão coletiva, social e política pública. Só depender dos negócios não basta. Claro, existem empresas como Suzano, Ambev e outras que têm governança estruturada, que reportam impactos.

ANA: E por causa da fiscalização.

BRUNO: Exato, exato. Você tem desde as estruturadas, com esse cuidado, até outras que não têm pressão por reporte e adotam visão predatória. No Mato Grosso do Sul, com um bioma único como o Pantanal — caixa d’água do Brasil — é preciso preservar. Esse é o ponto mais importante para mim.

ANA: Vamos seguindo. Agora tem uma segunda parte da entrevista: sobre o trabalho da Causse. Eu queria que você me contasse um pouco mais qual é o trabalho da Causse. Para ser mais didático, quando alguém procura vocês, o que busca? Como chega até vocês?

BRUNO: Perfeito. Bom, a gente é uma consultoria que apoia marcas e organizações a fazerem gestão de suas causas e temas socioambientais. Trabalhamos muito na intersecção entre marca, negócio e sustentabilidade. Temos três pilares:

1. Marca — como conectar a marca a causas e engajar públicos.
2. Engajamento de stakeholders e advocacy de impacto em política pública.
3. ESG e programas de impacto social — majoritariamente com empresas.

Quando uma empresa nos procura, vem com um desafio de negócio que passa por questões sociais, ambientais ou de governança. Pode ser, por exemplo, pressão de



investidores ou board para evoluir práticas ESG. Nós desenvolvemos estratégia ESG, estruturamos governança etc.

ANA: E vocês acompanham essa estratégia sendo implantada ou não faz parte do escopo?

BRUNO: Às vezes sim, às vezes não. Muitas vezes desenvolvemos plano tático de operacionalização e podemos acompanhar como consultores, dependendo do investimento.

ANA: Que é bem o que você falou dos indicadores da Volkswagen. E é justamente sobre isso: a dificuldade de mensurar ou padronizar indicador. Até hoje não existe um indicador que diga: “sua empresa está 10% ESG, 13%, 15%”. Como vocês da Causse trabalham isso? Porque vocês meio que criam indicadores, né?

BRUNO: É, existem padronizações: manuais, frameworks de sustentabilidade, com indicadores setoriais. Hoje está mais disseminado. Governança ambiental é mais simples: padrões de consumo de energia, escopos 1, 2 e 3 de emissões de gases de efeito estufa, consumo de água. O mais difícil é o social: medir e comprovar impacto positivo é complexo. Normalmente a mensuração para no output — por exemplo: “capacitei 500 pessoas”. Mas saber se isso foi efetivo (melhoria de renda, empregos etc.) é muito mais difícil. Esse é o maior desafio.

ANA: Bruno, acho que da minha parte é isso. Tenho muita anotação, deixei bastante coisa de fora. Podemos encerrar por aqui, só se você tiver mais algo a acrescentar.

BRUNO: Acho que é isso, foi bacana, gostei das perguntas. Até tenho um pedido: vamos começar um trabalho no Mato Grosso do Sul, em Ribas do Rio Pardo, uns 100 km de Campo Grande. Vai ser com a Suzano, pensar um plano municipal de desenvolvimento, que é bem legal. Não sei se você tem indicação de pesquisadores locais para etnografia, pesquisas sociais locais, talvez da geografia.

ANA: Entendi, sim. Vou dar uma pesquisada.

BRUNO: Obrigado.

ANA: Não sei se você está me escutando.

BRUNO: Estou, estou sim.

ANA: Vou até parar a gravação.

ANA: Tem um box no meu trabalho em que vou falar do mais difícil de explicar no ESG, que é a governança. Como você explicaria governança?

BRUNO: A governança tem conceitos pré-definidos, que é legal pegar do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa). Governança são estruturas e processos administrativos que você arranja para beneficiar a instituição (empresa, ONG etc.). São arranjos de gestão e administração que protegem valor no longo prazo. Uma empresa pode ser lucrativa mas ter governança ruim, o que é arriscado (corrupção, falta de diversidade). Um caso emblemático é a Enron (empresa americana de energia): crescia muito, mas cometia corrupção e faliu. Outro caso é o Dieselgate da Volkswagen: fraude proposital nas emissões. Empresas com reputação sólida podem ruir por falhas de governança. Por isso, modelos de governança incluem códigos de conduta, treinamento, compliance, comitês, etc., para prevenir esses riscos.

ANA: E voltando à questão dos indicadores — dificuldade de mensurar ESG.

BRUNO: Sim, é um desafio grande. Existem frameworks e padrões, principalmente no ambiental. Mas no social é mais complexo comprovar efetividade. A mensuração



geralmente fica no output (“capacitamos 500 pessoas”), mas medir de fato o impacto é mais difícil. Esse é o grande desafio hoje.

2) Eduardo Matos, Economista.

ANA: Vamos começar pelo início do briefing ali, eu te dei um panorama geral, mas eu queria escutar pela sua parte, sua parte interessada, a parte de economia, o que é o ESG?

EDUARDO: Bom, conceitualmente são condutas, são conselhos que guiam o comportamento das empresas, em um tripé, que é o ambiental, o social e o governamental, e cada um desses campos que compõem o tripé, eles atuam em diferentes áreas, em áreas bem distintas na verdade. O ambiental é o impacto da empresa no meio ambiente, e isso envolve recursos hídricos, recursos como o ar, e até mesmo o uso de solo. O impacto é claro na fauna e na flora, nos seres vivos do entorno e na vegetação, principalmente vegetação nativa. Agora, quanto ao social, é o impacto da empresa na sociedade, e isso inclui tanto os impactos positivos — que são programas sociais, contrapartidas sociais, principalmente que envolvem educação, saúde, algo nesse sentido —, isso é muito mais iniciativa da empresa do que uma consequência da sua operação. Além do impacto na sociedade, como a geração de emprego e renda, que são mais consequência da sua operação propriamente dita.

[...]

Por fim, o governamental. O governamental diz muito mais respeito às normas e tudo aquilo que regulamenta tanto o setor quanto o ambiente econômico. Então, já estendendo, essas empresas que buscam por iniciativas ESG geralmente aplicam seus recursos naquelas ações voltadas ao ambiental e ao social, porque o governamental, principalmente para as empresas maiores, é algo praticamente obrigatório.

ANA: Você falou, em especial, para o mercado financeiro na questão social. Eu acompanho muito ali na energia. A parte social do ESG, a gente basicamente faz lei 1A, e aí, por trás disso, na operação, você tem todo o pessoal abre o edital, o pessoal manda os projetos, e aí você tem, assim, uma verificação, eu acho que a verificação da energia tem sete etapas, até eles darem esse patrocínio. Você falou ali em especial para o mercado financeiro, por que em especial?

EDUARDO: Quando os investidores vão compor uma carteira de investimentos, geralmente eles olham para a diversificação. A diversificação minimiza o risco, e entre os fatores de diversificação estão as empresas que causam pouco impacto, ou aquelas que causam um impacto positivo na sociedade, ou no ambiente, ou qualquer que seja o setor.

[...]

Então, uma empresa que tem bastante alinhada à parte governamental pode transmitir um baixo risco quanto àquelas discrepâncias contábeis, como ocorreu, por exemplo, com Americanas.

ANA: A gente tem ali no panorama geral o porquê isso se tornou uma estratégia para empresas e investidores. Do meu ponto de vista, eu coloco como uma mudança ambiental. Daqui a pouco a gente não vai ter mundo para investidores, mas eu queria ouvir da sua parte. Por que você acha que o ESG se tornou tão importante nessa questão? Um histórico, um cenário?



EDUARDO: Resgatando rapidamente, até o início desse milênio, o ESG era considerado uma piada para inserir no mercado financeiro. Até hoje existem aqueles que torcem o nariz por conta da ausência de métricas para pontuar o que é uma empresa mais ESG do que outra.

[...]

No fim, isso gerou uma consequência positiva para as empresas, olhando pelo aspecto da adoção de práticas ESG.

ANA: Você que acompanha mais de perto essa questão das empresas, você percebe que as práticas ESG afetam o desempenho da empresa? Eu digo assim, o desempenho financeiro também. A gente não dá para contar só com uma percepção de marca, mas eu lembro que no ante-ano do ano o Lucas falou assim: “não adianta você ter uma empresa verde se você fecha no vermelho”. E aí, até que ponto implementar o ESG na sua empresa vai te dar esse retorno? É um negócio que sim, realmente, hoje a gente acompanha e fala: dá um retorno? Ou ainda é uma coisa abstrata, que não dá retorno em uma área, mas dá em outras? Como é que você acompanha isso?

EDUARDO: Bom, o ESG ainda é um conceito muito incipiente para médias e pequenas empresas. Geralmente, quando falamos em ESG, falamos em grandes corporações, instituições já consolidadas.

[...]

A Vale mesmo, pouco tempo atrás, era muito ligada a catástrofes, deslizamentos, à falta de zelo pelo risco ambiental. E hoje é uma das empresas que mais investem nessa questão, principalmente na parte ambiental e social, justamente para desvincular seu nome a esse tipo de imagem.

ANA: Eu tenho escutado muito, aqui no Mato Grosso do Sul, que nós estamos passando por uma transformação do estado, né? Saindo de um estado agropecuário para um estado agroindustrial. E aí eu queria que você falasse um pouco dessa transformação do estado, se você puder, se você tiver essa linha de raciocínio. E me dizer também se dentro disso têm se colocado práticas ESG e como elas têm sido colocadas.

EDUARDO: Nos últimos anos, nos últimos governos do estado de Mato Grosso do Sul — e isso é para esse propósito — podemos falar que foi uma “sorte” do estado ter continuidade de governo.

[...]

E nisso podemos citar os programas que o governo tem lançado, como o Carbono Neutro, os programas auxiliares que incentivam o uso de energias renováveis, a pecuária sustentável, a criação de porcos de maneira sustentável e até mesmo a integração entre lavoura, pecuária e floresta.

ANA: Eu coloquei no meu brief riscos e oportunidades. A gente tem risco?

EDUARDO: Tem riscos, mas pelo seguinte: quando se popularizou o ESG, houve uma empolgação acima do proporcional, principalmente das grandes corporações. Aqueles pioneiros colheram grandes frutos, mas os seguidores não colheram tanto, mesmo com esforço igual ou maior.

[...]

Então, esse delírio coletivo das empresas não foi muito saudável para o sistema.

ANA: Claro que você mesmo disse que quando a gente pensa em ESG, a gente pensa mais em grandes corporações. Você acha que o Brasil é um país que tem essas grandes corporações?



EDUARDO: Sim. Eu tenho como exemplo a Natura. Costumo dizer que a Natura é o principal case do Brasil quando falamos em inovação e também em ESG. [...]

Além da Natura, existem outras corporações que tentam emplacar essa cultura ESG, como Ambev e JBS.

ANA: Vamos encaminhando para o final já. Eu queria ouvir de você — pelo pouco que eu te conheço, acredito que você acredita no método ESG — que você fizesse para mim uma defesa: por que uma empresa tem que entrar nesse tipo de método de minimização?

EDUARDO: Bom, as empresas nada mais são que instituições que transformam recursos em recursos de maior valor. [...]

Então, o ESG, pensando em algo mais amplo e numa visão de longo prazo, nada mais é do que prolongar a vida útil das empresas.

ANA: Eu tinha pensado em outra pergunta, mas ela me fugiu da cabeça, me fugiu assim, no real. Bom, eu acho que vou ter que parar a gravação, Du, porque eu acho que deu. Tem bastante material.

3) Alan Vignoli, Diretor de Comunicação Selo Social

A sustentabilidade é um dos pilares centrais das transformações que moldam a nova economia de Mato Grosso do Sul. Com o avanço da industrialização e a transição de um modelo agropecuário para agroindustrial, o consumo de recursos naturais cresce em ritmo acelerado, exigindo uma gestão mais eficiente e responsável, especialmente quando o assunto é água. Nesse cenário, a Águas Guariroba, concessionária responsável pelo abastecimento e tratamento de esgoto de Campo Grande, desponta como um exemplo de como o ESG — sigla para Environmental, Social and Governance — pode ser incorporado à rotina de uma empresa essencial à vida urbana.

A companhia integra o grupo Aegea Saneamento, que também controla a Ambiental MS Pantanal, parceria público-privada voltada à expansão do esgotamento sanitário no estado. Segundo a representante da empresa, Luana, o compromisso com o ESG está presente em todas as frentes da operação. “Temos certificação ISO 37001, de gestão antissuborno, e um setor de integridade muito ativo. Todos os colaboradores passam por treinamentos, há um canal de denúncias e políticas bem estruturadas. A governança é um eixo central da nossa atuação”, explica.

No eixo ambiental, a Águas Guariroba mantém projetos de recuperação e conservação de bacias hidrográficas, fundamentais para garantir o abastecimento da cidade. Um dos destaques é o Viveiro de Mudas, criado há mais de uma década e responsável pela produção anual de mais de 80 mil mudas de espécies nativas do Cerrado. As mudas são utilizadas em ações de reflorestamento e doadas a produtores rurais interessados em restaurar matas ciliares nas Áreas de Proteção Ambiental dos córregos Guariroba e Lageado, responsáveis por cerca de 50% do abastecimento da capital. “O projeto já doou mais de 600 mil mudas ao longo dos anos. Ele nasceu pequeno, mas hoje tem um papel importante na resiliência hídrica da cidade e no fortalecimento da biodiversidade local”, ressalta Luana. Outro programa de destaque é o Bacia Monitorada, que acompanha a



qualidade das águas nas APAs. A iniciativa coleta e analisa parâmetros físicos, químicos e biológicos, além de monitorar reservatórios e sedimentos. Essas informações subsidiam decisões de gestão e prevenção de impactos ambientais.

A sustentabilidade, no entanto, não é tratada apenas como uma pauta ambiental. Para a Águas Guariroba, o equilíbrio entre os pilares ambiental, social e econômico é condição para a longevidade das empresas. “Hoje, essas dimensões não são mais dissociáveis. Falamos muito em licença social para operar. Uma empresa que não é bem vista pela comunidade pode ter a sua operação comprometida, inclusive financeiramente. O desenvolvimento econômico sempre vai gerar impacto, mas o papel da empresa é mitigá-lo ao máximo”, observa Luana. Esse equilíbrio reflete a visão de que ESG e rentabilidade caminham juntos. Para ela, uma gestão pautada em responsabilidade ambiental e social garante credibilidade, segurança jurídica e sustentabilidade financeira — não o contrário.

Os impactos das ações também aparecem em números. O avanço do saneamento básico em Campo Grande transformou a realidade da cidade. Em 2003, apenas 19% da população tinha acesso à rede de esgoto. Hoje, esse índice chega a 94%, com a meta de atingir 98% até 2028 dentro do programa Campo Grande Saneada, que prevê mais de 300 quilômetros de novas redes e 65 mil novas ligações, beneficiando cerca de 185 mil pessoas. Além da melhoria estrutural, o reflexo na saúde pública é expressivo. Um estudo desenvolvido pela Águas Guariroba, em parceria com pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, cruzou dados do DataSUS e revelou que, entre 2013 e 2021, o número de casos de doenças diarreicas agudas caiu quase 90%, passando de 1.100 para 104 casos por 100 mil habitantes. “Esses dados mostram o impacto econômico e social do saneamento. Reduz internações, melhora o desenvolvimento infantil e a produtividade. É uma cadeia de benefícios”, pontua Luana.

A inovação tecnológica também é um pilar fundamental da estratégia ESG da concessionária. A empresa busca aumentar a eficiência energética e reduzir o consumo de energia nas estações de tratamento. “Temos uma meta de reduzir em 15% o consumo de energia por metro cúbico tratado”, explica Luana. “Estamos implantando usinas solares e ampliando o uso de fontes limpas.” A companhia ainda mantém uma parceria com a WWF, o Fundo Mundial para a Natureza, para restaurar áreas de mananciais. A meta mais recente prevê a recuperação de 16 hectares na bacia do córrego Guariroba durante o próximo período chuvoso, com planos de expansão para outras regiões do estado.

O impacto social também é visível em outras frentes. Segundo a empresa, mais de 400 mil pessoas já foram beneficiadas por oito programas sociais ativos, que incluem ações comunitárias, programas de voluntariado e visitas educativas às estações de tratamento, voltadas principalmente para crianças e estudantes. “Essas visitas são um sucesso. As crianças saem daqui entendendo o valor da água e do saneamento. Educar é parte do nosso papel social”, destaca a gestora. No eixo de governança, a Aegea, controladora da Águas Guariroba, assumiu compromissos públicos com diversidade e inclusão. A meta é alcançar, até 2030, 45% de mulheres e 27% de pessoas negras em cargos de



liderança. “Aqui em Campo Grande, já temos 50% de mulheres em posições de chefia. É uma conquista que mostra que a diversidade é possível e produtiva”, celebra Luana.

Mais do que cumprir metas, a empresa busca consolidar um modelo de atuação que una sustentabilidade, eficiência e propósito. Para Luana, o segredo está na coerência entre discurso e prática. “O ESG tende a se consolidar cada vez mais, desde que esteja alinhado ao propósito da empresa. Quando as ações são genuínas e coerentes com o que a organização entrega à sociedade, elas deixam de ser discurso e se tornam resultado.” A experiência da Águas Guariroba mostra que, em tempos de transição econômica e ambiental, o saneamento básico não é apenas infraestrutura — é desenvolvimento sustentável em sua forma mais essencial.

4) Bruno Wersteling, representante da Fundação de Turismo do MS

Ana:

Meu produto final é uma grande reportagem sobre ESG, e tenho Mato Grosso do Sul como vitrine, principalmente pelo turismo sustentável. Por isso, procurei vocês. Hoje, a ideia é entender o papel da Secretaria de Turismo na promoção do turismo sustentável no Estado. Gostaria de destacar as políticas públicas, as parcerias que alinham o turismo às práticas de ESG, os impactos econômicos, sociais e ambientais e também mostrar o trabalho de sensibilização e inclusão. Queria começar entendendo qual é o papel da Secretaria de Turismo no desenvolvimento econômico e sustentável do Mato Grosso do Sul.

Bruno:

A Fundação de Turismo é o órgão oficial do Estado nessa área. Eu costumo evitar o termo “turismo sustentável”, porque considero muito utópico. Prefiro falar em turismo responsável. Trabalhamos para que as políticas públicas entreguem destinos mais competitivos e que cuidem melhor de seus processos.

Aqui, o turismo responsável está muito ligado à sustentabilidade. Nossos dois principais destinos, historicamente, já nasceram com essa pegada: Bonito e Pantanal.

Bonito trabalha há mais de 30 anos com controle de capacidade de carga e se tornou referência mundial.

O Pantanal é um dos biomas mais conservados do planeta.

Portanto, a Fundação tem a obrigação de manter esse posicionamento.

Nos últimos cinco ou seis anos, incrementamos as políticas públicas, especialmente na agenda climática. Abraçamos essa pauta como ponto central da estratégia da Fundação, começando com o apoio à certificação de Bonito como o primeiro destino de ecoturismo carbono neutro do mundo. Isso trouxe luz a um tema global e alinhado ao compromisso do Mato Grosso do Sul de se tornar o primeiro estado carbono neutro do Brasil até 2030, compromisso firmado na COP26.

A agenda climática permeou toda a nossa atuação: desde o desenvolvimento de produtos turísticos, promoção de mercado, apoio a eventos, até incentivo a empreendimentos carbono neutro ou carbono positivo. Hoje, isso é parte central da política de turismo do Estado, com forte engajamento também do setor privado.

Ana:

Se fosse para montar um perfil do turismo sul-mato-grossense hoje, como você definiria?



Bruno:

Não somos um destino de turismo de massa. Pelo contrário: somos um destino segmentado, baseado em natureza, ecoturismo e turismo de aventura. Também investimos no turismo de pesca esportiva, que substituiu o modelo predatório de antes. Nosso diferencial está em experiências únicas, ligadas ao Pantanal, à biodiversidade e à infraestrutura de qualidade para atividades que não se encontram em outros lugares do Brasil. Eu diria que o perfil do turismo aqui é segmentado, exclusivo e com experiências incríveis.

Ana:

Você falou do compromisso firmado na COP26. Que ações a Fundação vem implementando para transformar o Estado em carbono neutro? E como foi esse processo em Bonito?

Bruno:

Não foi apenas narrativa, foi ação concreta. Em 2021, começamos o processo com certificadora reconhecida pela ONU para medir as emissões de Bonito. Após quase um ano de trabalho, conseguimos neutralizar as emissões e Bonito recebeu a certificação como primeiro destino de ecoturismo carbono neutro do mundo.

Isso teve grande impacto:

Primeiro no Brasil, depois no planeta.

Fortaleceu nossa posição no mercado internacional.

Incentivou atrativos e empreendimentos locais a também buscar certificações de carbono neutro, positivo ou lixo zero.

Esse movimento mostra liderança pelo exemplo. Já estamos no terceiro ciclo de certificação de Bonito, e o mais difícil agora é reduzir as emissões, porque neutralizar é possível com gestão e recursos, mas reduzir exige mudança de matriz energética, compostagem, novos hábitos e engajamento dos empresários.

Ana:

E como lidar com os desafios das mudanças climáticas, conservação dos biomas e manejo dos recursos naturais, conciliando isso com o turismo?

Bruno:

É realmente um grande desafio. Como órgão de fomento, não executamos diretamente as políticas ambientais, mas trabalhamos de forma integrada com outras áreas do governo.

Nos últimos anos, tivemos avanços importantes:

Lei do Pantanal e Lei dos Banhados de Bonito e Serra da Bodoquena.

Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA): produtores que aumentam suas áreas de conservação recebem até R\$ 100 mil por ano.

Fundo Pantanal para apoiar fazendeiros que ampliem a preservação.

O papel do turismo é dar visibilidade, ser transparente com turistas, empreendedores e imprensa, e reforçar a importância dessas ações.

E no pilar social do ESG? Como estão trabalhando com comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas?

Bruno:

Esse é um ponto essencial. O trabalho com comunidades precisa respeitar o tempo delas. Atualmente, atuamos em quatro comunidades indígenas, elaborando planos de visita



validados pela Funai para que possam receber turistas de forma estruturada. Já há experiências em áreas como Miranda e Anastácio, ligadas à produção associada e ao consumo de produtos tradicionais.

Além disso, começamos em 2024 um mapeamento do Afroturismo:

Visitamos comunidades em Corumbá, Corguinho, Furnas do Dionísio e Furnas da Boa Sorte.

Foi criada a primeira agência de Afroturismo do Estado, a Beloiar, em Corumbá.

Já existem roteiros afroturísticos sendo comercializados.

Esse movimento amplia a inclusão e valoriza a cultura indígena, quilombola e afrodescendente como parte fundamental do turismo responsável no Mato Grosso do Sul.

5) Fernando Garayo, Coordenador de ESG da Água Guariroba

A entrevista abordou a atuação da Águas Guariroba e da Ambiental MS Pantanal no contexto da sustentabilidade e das práticas ESG, com foco em suas ações ambientais, sociais e de governança.

Segundo os representantes, a Águas Guariroba, concessionária responsável pelo abastecimento de água e esgotamento sanitário de Campo Grande, e a Ambiental MS Pantanal, parceria público-privada voltada ao esgotamento sanitário, atuam sob a gestão da holding Aegea. A empresa-mãe possui certificação ISO 37001, referente à gestão antissuborno, e mantém um setor de integridade ativo, com canal de denúncias, treinamentos e políticas internas de governança. Esses mecanismos fortalecem o compromisso com a transparência e as boas práticas corporativas em todas as subsidiárias.

No campo ambiental, a concessionária desenvolve ações alinhadas à sustentabilidade e ao propósito de garantir segurança hídrica e preservação de mananciais. Um dos principais projetos é o Viveiro de Mudas, responsável pela produção anual de mais de 80 mil mudas, em sua maioria de espécies nativas do Cerrado. O objetivo é promover a recuperação e proteção de áreas de mananciais, especialmente nas Áreas de Proteção Ambiental (APAs) dos córregos Guariroba e Lageado, que juntos respondem por cerca de 50% do abastecimento de Campo Grande.

O viveiro apoia produtores rurais interessados em restaurar matas ciliares e já distribuiu mais de 600 mil mudas desde sua criação. O projeto é considerado uma das principais ações de sustentabilidade da empresa.

Outro destaque é o Bacia Monitorada, programa de monitoramento ambiental que realiza coletas e análises periódicas da qualidade da água, sedimentos e indicadores biológicos nas APAs dos córregos Guariroba e Lageado. As informações coletadas são sistematizadas e servem como subsídio técnico para a tomada de decisões e elaboração de políticas de preservação.



Durante a entrevista, destacou-se a importância do equilíbrio entre rentabilidade e sustentabilidade nas empresas. Foi ressaltado que as dimensões ambiental, social e econômica são indissociáveis e que o conceito de licença social para operar é fundamental no contexto atual. Uma empresa que não é bem vista pela comunidade, ou que não adota práticas responsáveis, pode ter sua operação comprometida. Assim, o tripé ESG é essencial para garantir a continuidade dos negócios e dos empregos, unindo eficiência econômica e responsabilidade socioambiental.

Em relação aos impactos sociais, foi apresentada uma análise sobre os resultados do saneamento básico na saúde pública. Entre 2003 e 2020, Campo Grande passou de 19% para mais de 80% de cobertura de esgoto. Com base em dados do Ministério da Saúde (DataSUS) e pesquisas em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), observou-se uma redução de quase 90% nos casos de doenças diarreicas agudas, passando de mais de 1.100 casos por 100 mil habitantes (em 2013) para cerca de 104 casos (em 2021).

Esse resultado demonstra o impacto positivo do saneamento na saúde, no desenvolvimento social e na economia, ao reduzir afastamentos por doenças e melhorar a qualidade de vida da população.

No que diz respeito às metas futuras, a concessionária informou que Campo Grande já conta com 94% de cobertura de esgoto e que, dentro do programa Campo Grande Saneada, a meta é atingir 98% até 2028, com a implantação de mais de 300 km de redes e 65 mil novas ligações, beneficiando cerca de 185 mil pessoas.

A empresa mantém ainda parceria com a WWF, com ações de restauração ambiental em áreas de mananciais. No início do novo período chuvoso, serão restaurados 16 hectares na bacia do Guariroba, com planos de ampliar o projeto para outras bacias do estado.

A inovação tecnológica também foi apontada como um pilar estratégico. A empresa possui metas de redução de 15% no consumo de energia por metro cúbico tratado e investe em fontes de energia solar para aumentar a eficiência energética e reduzir a pegada de carbono.

Na dimensão de governança, segue-se o compromisso da Aegea de ampliar a participação de mulheres e pessoas negras em cargos de liderança, com metas de alcançar até 2030 um índice de 45% de mulheres e 27% de pessoas negras nessas posições. Atualmente, na unidade de Campo Grande, cerca de 50% dos cargos de chefia são ocupados por mulheres.

No âmbito social, os programas e projetos desenvolvidos pela empresa já impactaram mais de 400 mil pessoas. Entre as iniciativas, destaca-se o programa de visitas educativas, que recebe crianças nas estações de tratamento e promove conscientização sobre o uso responsável da água. Ao todo, a empresa mantém oito programas sociais ativos, com resultados monitorados e divulgados publicamente.



Por fim, foi ressaltado que o ESG tende a se consolidar ainda mais nos próximos anos, desde que esteja alinhado ao propósito e ao core business das empresas. Quando as práticas são genuínas e coerentes com a função social da organização, deixam de ser discurso e se transformam em resultados concretos, garantindo desenvolvimento sustentável de forma equilibrada.

6) Vitor Gonçalves, Especialista de Sustentabilidade Sebrae MS

Em meio a uma transformação econômica, o Mato Grosso do Sul busca conciliar desenvolvimento industrial com práticas sustentáveis. A transição de uma economia essencialmente agropecuária para uma economia agroindustrial traz desafios e oportunidades para micro e pequenos empreendedores, que representam mais de 90% das empresas do país, segundo Vitor Gonçalves Faria, analista-técnico do Sebrae/MS.

“Todos os empreendimentos, independentemente do tamanho, geram impactos sociais, econômicos e ambientais. As atividades, por menores que sejam, causam efeitos — seja pela emissão de energia dos veículos, pelo descarte de efluentes, pelo cumprimento de tributos ou pela governança, como transparência e combate à corrupção. Esses elementos se conectam diretamente aos pilares do ESG”, explica Faria.

O analista ressalta que micro e pequenos negócios muitas vezes não percebem sua importância no cenário da sustentabilidade, mas são peças fundamentais para o cumprimento de metas estaduais, como a neutralidade de carbono prevista para 2030. “O governo do estado antecipou em duas décadas o prazo para alcançar a neutralidade. Se micro e pequenas empresas não fizerem parte dessa estratégia, os objetivos dificilmente serão atingidos”, alerta.

Além dos desafios ambientais, a transformação econômica traz consequências sociais e urbanísticas. Cidades como Inocência e Ribas do Rio Pardo, que passaram por crescimento populacional e econômico acelerado, enfrentam problemas com resíduos sólidos, criminalidade e infraestrutura pública. Para Faria, o planejamento adequado e o envolvimento do poder público são essenciais para minimizar os impactos negativos.

Por outro lado, o estado apresenta grande potencial para oportunidades de negócios sustentáveis, especialmente no turismo e na bioeconomia. “O Pantanal e a Mata Atlântica oferecem possibilidades para ecoturismo, gastronomia, pousadas e produtos artesanais. Essas oportunidades podem ser exploradas por micro e pequenos empreendedores, fortalecendo a economia local e promovendo a valorização cultural das comunidades”, afirma Faria.

O Sebrae/MS tem apoiado programas de inovação com foco em sustentabilidade, como os editais “Nova Cerrada” e “Nova Pantanal”, que incentivam soluções práticas de impacto socioambiental. Faria reforça a importância de inserir a sustentabilidade dentro das comunidades, aproveitando os potenciais locais e desenvolvendo práticas de economia circular e economia criativa.



A discussão sobre ESG deixou de ser exclusiva de grandes corporações e vem ganhando espaço entre os pequenos negócios. É o caso do Maná, loja de produtos hortifrutigranjeiros e de padaria em funcionamento há dois anos, comandada por Lorranny Oliveira. O empreendimento nasceu da ideia de oferecer alimentos frescos e naturais, cultivados de forma hidropônica.

“A horta chama a atenção dos clientes. Muitos elogiam a qualidade e a durabilidade da alface hidropônica, que dura mais tempo em casa”, afirma Oliveira. Localizada logo atrás da área de comercialização, a horta funciona como uma vitrine: quem passa pela rua pode acompanhar o cultivo de alfaces, salsinha e outros produtos.

O Maná vai além da produção, investindo na educação do consumidor. A loja orienta clientes sobre como escolher e conservar alimentos, e a padaria utiliza os próprios produtos cultivados, criando um ciclo de aproveitamento e reduzindo desperdícios.

A iniciativa demonstra como pequenos empreendimentos podem aplicar conceitos de ESG de forma prática e próxima da comunidade. Ao priorizar práticas sustentáveis e de qualidade no cultivo, o Maná fortalece o laço social com seus clientes, promovendo saúde e bem-estar. O aumento da procura por produtos naturais e saudáveis reforça uma tendência de mercado: consumidores cada vez mais valorizam responsabilidade ambiental e social, não apenas preço.

Para o futuro do ESG, Faria alerta para a necessidade de comunicação clara e acessível aos pequenos negócios. “Se essas temáticas não chegarem de forma objetiva, o ESG ficará restrito aos grandes players. É preciso mostrar benefícios práticos, como eficiência, melhoria de gestão, redução de custos e qualidade de vida para colaboradores e comunidades”, conclui.

A experiência de Vitor Gonçalves Faria e iniciativas como a do Maná reforçam que sustentabilidade e desenvolvimento econômico podem caminhar juntos, desde que micro e pequenos empreendedores sejam incluídos nas estratégias e recebam apoio técnico e institucional.

Responsabilidade com a comunidade e o mundo

Práticas instituídas pelos princípios do ESG afetam empresas no MS e em todo o país

[ANA CAROLLINE KRASNIEVICZ HOMEM](#)

“Não adianta ter uma empresa verde se você fecha no vermelho.” A frase dita pelo economista Eduardo Matos sintetiza o dilema que muitas organizações enfrentam ao tentar conciliar sustentabilidade, responsabilidade social e governança corporativa, o que hoje chamamos de *Environmental, Social and Governance*, ou simplesmente ESG.

No Mato Grosso do Sul, onde a economia transita do agropecuário tradicional para o agroindustrial, empresas, governo e sociedade civil buscam transformar o discurso em prática, mas o caminho é cheio de desafios. Nesta reportagem, especialistas e profissionais do setor explicam como funciona o ESG na prática, suas métricas e impactos locais.

De um termo quase desconhecido e tratado com desconfiança no início dos anos 2000 a um dos principais critérios de avaliação de negócios no mundo corporativo atual, o ESG (sigla em inglês para Ambiental, Social e Governança) se consolidou como um indicador decisivo para empresas, investidores e consumidores. Mais do que uma tendência, tornou-se um diferencial estratégico e, em muitos casos, uma exigência para quem deseja crescer de forma sustentável.

Letra por letra

A sigla ESG vem do inglês *Environmental, Social and Governance* (Ambiental, Social e Governança). O termo surgiu no início dos anos 2000 no mercado financeiro e hoje é usado mundialmente para avaliar como empresas e organizações lidam com sustentabilidade, impacto social e transparência na gestão.

Ambiental (E - Environment) – Refere-se às práticas relacionadas ao meio ambiente, como redução de emissões de carbono, uso consciente de recursos

naturais, gestão de resíduos e investimentos em energia limpa.

Social (S) – Envolve a relação da empresa com as pessoas: funcionários, fornecedores, consumidores e a comunidade. Inclui diversidade, direitos humanos, saúde, segurança e projetos sociais.

Governança (G) – Diz respeito à forma como a organização é administrada: ética, combate à corrupção, transparência, responsabilidade corporativa e participação de *stakeholders* nas decisões.

Adotar o ESG significa que empresas vão além da lógica exclusiva do lucro e passam a considerar os efeitos de suas atividades sobre o meio ambiente, as pessoas e a própria gestão. Essa mudança envolve desde ações sustentáveis, como a redução de emissões e o uso responsável de recursos naturais, até políticas de diversidade, inclusão e transparência administrativa. Com isso, as companhias visam fortalecer sua reputação, ampliando a confiança de consumidores e trabalhando na atração de investidores interessados em negócios mais responsáveis e duradouros.

Fonte: [Pacto Global Rede Brasil](#)

Segundo Eduardo Matos, economista e especialista no tema, o ESG se apoia em três pilares fundamentais. “O ambiental envolve o impacto da empresa no meio ambiente incluindo recursos hídricos, ar, solo, fauna e flora. O social inclui desde contrapartidas em educação e saúde até a geração de emprego e renda. Já a governança diz respeito às normas que regulamentam tanto o setor quanto o ambiente econômico”.

Ele relembra que, no início, a ideia encontrava forte resistência. Segundo o economista, até o início da última década, o ESG era considerado uma *piada* no mercado financeiro. Não havia métricas claras e as empresas não tinham interesse real no método. Mas, ao longo do tempo, organizações e corporações começaram a perceber que práticas ambientais e sociais reduzem riscos e atraem investidores.

Para Bruno Barbosa, consultor de ESG da Cause, consultoria que orienta empresas na implementação do ESG, o maior obstáculo hoje não está em reconhecer a importância do tema, mas em transformar o discurso em ação concreta. Ele explica que muitas companhias já incorporaram a linguagem do ESG em relatórios e campanhas de marketing, mas ainda falham em traduzir essas promessas em mudanças reais de processos e impacto social ou ambiental.



Foto 1 - Economista Eduardo Matos/Assessoria

“Quando a narrativa se sobrepõe à prática, abre-se espaço para o chamado *greenwashing*, quando a empresa se vende como sustentável sem de fato adotar medidas consistentes. O desafio é sair do papel e implementar políticas capazes de gerar impacto real. É comum encontrar companhias que produzem relatórios impecáveis, mas que, na prática, pouco transformam a realidade”, afirma.

O termo **greenwashing** é usado para descrever quando uma empresa, instituição ou marca tenta parecer mais sustentável e ambientalmente responsável do que realmente é. Na prática, trata-se de uma estratégia de marketing enganosa que busca melhorar a imagem da organização diante do público — especialmente consumidores e investidores preocupados com sustentabilidade — sem que suas ações concretas correspondam ao discurso “verde”.

A expressão surgiu na década de 1980, a partir da junção das palavras *green* (verde, símbolo do ambientalismo) e *whitewashing* (encobrir ou disfarçar algo). Foi usada pela primeira vez pelo ambientalista Jay Westerveld, em 1986, ao criticar hotéis que pediam aos hóspedes para reutilizarem toalhas sob o pretexto de “salvar o planeta”, enquanto continuavam a desperdiçar recursos em outras áreas.

O greenwashing se manifesta de várias formas, como em campanhas publicitárias que destacam pequenas ações ambientais, mas ocultam impactos negativos maiores; em produtos com rótulos enganosos, que usam termos como “eco”, “natural” ou “sustentável” sem certificação ou comprovação; e em relatórios de sustentabilidade que apresentam apenas dados positivos. Essa prática é considerada problemática porque prejudica a transparência, desacredita iniciativas ambientais genuínas e confunde consumidores e investidores que buscam apoiar negócios realmente comprometidos com a sustentabilidade.

Fonte: [ONU](#)

O especialista aponta ainda para o descompasso que tem sido cada vez mais notado por consumidores e investidores que exigem métricas mais claras, indicadores de desempenho e auditorias independentes para comprovar os avanços. Neste sentido, o método deixou de ser apenas um diferencial competitivo e passou a representar um fator de sobrevivência no mercado.

Entre os três pilares do ESG, o social continua sendo o mais difícil de mensurar. A busca por métricas confiáveis expõe esse gargalo, segundo Alan Vignoli, coordenador de comunicação da Fundação Selo Social. “Muitas companhias

querem adotar práticas de ESG, mas não sabem avaliar de fato o impacto social de suas ações. É complicado mensurar se determinada iniciativa beneficiou, por exemplo, 30% de uma comunidade. No Selo Social, utilizamos métricas baseadas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). É importante destacar que nem toda ação social representa impacto. Distribuir doces no Natal pode ser válido, mas não transforma a realidade da pobreza nem promove igualdade de gênero”.

Os ODS

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram criados pela ONU (Organizações das Nações Unidas) em 2015 para orientar governos, empresas e sociedade a construir um futuro mais justo e sustentável até 2030.

São 17 objetivos com 169 metas, que vão desde erradicar a pobreza e a fome até promover educação de qualidade, igualdade de gênero e cidades sustentáveis. Cada meta está ligada a outras, formando um ciclo de desenvolvimento sustentável que conecta crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental.

O cumprimento dos ODS serve como referência para políticas públicas, estratégias empresariais e iniciativas da sociedade civil, mostrando que resultados concretos dependem da ação coordenada de todos.

Fonte: [ONU](#)

Apesar dos avanços, muitas companhias ainda enfrentam dificuldades para incorporar o ESG de forma efetiva. Segundo Bruno Barbosa, o desafio é ainda maior para negócios de menor porte. “Médias e pequenas empresas, muitas vezes, não têm estrutura para produzir relatórios ou acompanhar métricas. O risco é que o ESG acabe se tornando um privilégio das grandes corporações, enquanto as pequenas ficam à margem”.

Vignoli destaca, porém, que até mesmo empresas que participam apenas como patrocinadoras conseguem aprender com o processo. “Elas passam a compreender a complexidade do trabalho social em uma cidade, que envolve Organizações Não Governamentais, setor público e outras empresas. Projetos que surgem de forma isolada ao longo dos anos muitas vezes descobrem que outras iniciativas semelhantes estão acontecendo ao mesmo tempo, em diferentes locais. Essa percepção mostra que é possível aprender com a experiência alheia e compartilhar estratégias, fortalecendo a atuação de todos. A troca de conhecimento entre esses projetos é essencial para desenvolver soluções coletivas mais eficazes e ampliar o impacto social das ações.

Medir e qualificar

Criada para enfrentar justamente essa dificuldade, a Fundação Selo Social desenvolveu um programa que orienta organizações a medir e qualificar seus resultados. “Quando chegamos a uma cidade, aplicamos um ciclo chamado ‘Integrando e Reconhecendo’. O primeiro passo é ouvir as organizações: entender o que já fazem, o que realmente gera impacto e o que não gera. No segundo ano, certificamos as entidades e propomos projetos em parceria, sempre com base em um ODS prioritário. Para cada objetivo, há indicadores específicos”, detalha Vignoli.

Como exemplo, Alan Vignoli cita uma construtora que ergueu um bairro planejado ao lado de uma comunidade em situação de vulnerabilidade. O contato com a realidade local levou à criação de um projeto de construção de banheiros na comunidade. “A empresa uniu recursos, conhecimento técnico e responsabilidade social para promover uma transformação concreta”.

A Fundação Selo Social é uma iniciativa que certifica empresas, órgãos públicos e organizações da sociedade civil com práticas alinhadas aos ODS. O processo dura em média um ano e envolve formação em desenvolvimento sustentável, impacto social e elaboração de projetos. Ao final, apenas os que cumprem os critérios recebem a certificação. “Hoje, somos o maior certificador social do Brasil em práticas ligadas aos ODS”, ressalta Vignoli.

A participação é condicionada ao patrocínio: “Só abrimos inscrições depois de garantir apoio financeiro. Isso assegura igualdade de oportunidade para todos os interessados”. Segundo ele, o programa já reuniu setores tão diversos quanto saúde, indústria, portos, construtoras e até funerárias, criando uma rede colaborativa de projetos interconectados.



Foto 2 - Crianças do projeto 'Inclua-me' realizado em Balneário Camboriú, um dos projetos acompanhados pela Selo Social/Assessoria Selo Social

Entre exemplos recentes, Vignoli cita a experiência em Balneário Camboriú (SC), onde o Selo Social apoiou um projeto de aulas de português para imigrantes e refugiados. O resultado foi imediato: crianças tiveram progresso nas disciplinas escolares e levaram o aprendizado para dentro de casa. “Projetos como esse mostram que impacto social verdadeiro é aquele que gera transformação em múltiplas esferas”.

O caso ilustra como uma iniciativa aparentemente simples pode gerar efeitos duradouros. O aprendizado da língua não apenas facilita a integração dos alunos ao ambiente escolar, como também amplia suas perspectivas de futuro. Além disso, o

conhecimento transborda para o núcleo familiar: as crianças ajudam pais e parentes a se comunicar melhor, acessar serviços públicos, buscar emprego e se inserir com mais dignidade na comunidade local.

Esse ciclo de benefícios evidencia o que especialistas chamam de impacto social estrutural, aquele que promove mudanças reais e sustentáveis, indo além de ações pontuais ou assistencialistas. Ao fortalecer a educação, a inclusão social e a empregabilidade, projetos como esse mostram como o ESG pode se traduzir em transformação concreta no cotidiano das pessoas.

Nesse contexto, a internacionalista Thais Scharfenberg tem dedicado sua carreira a aproximar empresas e instituições dessa agenda. A profissional fundou em São Paulo uma consultoria voltada à integração entre ESG e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Pouco depois, passou a atuar também com o Hospital Pequeno Príncipe, maior hospital pediátrico da América Latina, coordenando o alinhamento entre projetos sociais da instituição e investidores corporativos.

A vivência reforçou uma constatação: o pilar social do ESG ainda é o mais negligenciado. “Até em MBAs de sustentabilidade, esse tema é pouco abordado. As empresas tendem a focar no ambiental, mas o social é indispensável, principalmente em países do Sul Global”.

O contato com grandes companhias, como BTG e Amazon, revelou também outro desafio: a escassez de profissionais com formação técnica específica para lidar com a complexidade do tema. “Muitos chegam à área vindos do marketing, do RH ou das finanças. Só depois buscam capacitação. Isso mostra como o campo ainda está em consolidação”.

Mato Grosso do Sul: entre a indústria e o turismo, o ESG como estratégia de futuro

O Mato Grosso do Sul vive uma transformação acelerada. De um estado historicamente agropecuário, passa a se firmar como referência em agroindústria, sustentabilidade e turismo responsável. Pilares de uma nova economia que alia desenvolvimento, inclusão social e conservação ambiental sob a lógica do ESG.

Essa transição está presente em diferentes setores. Da indústria ao saneamento básico, passando pelo turismo, o Estado tem se destacado por iniciativas que unem eficiência, responsabilidade e inovação, impulsionando o crescimento econômico sem abrir mão da sustentabilidade.

Na indústria, o movimento é evidente. “Enquanto em muitos estados a participação da indústria no PIB diminui, aqui ela cresce, puxada pela agroindústria”, explica

Pedro Henrique Franco, economista e analista de ESG da Federação das Indústrias do Mato Grosso do Sul (FIEMS). “O ESG entra como gestão de riscos e oportunidades, ajudando as empresas a acessar mercados cada vez mais exigentes.”

O setor de celulose é um dos exemplos mais emblemáticos dessa nova fase e no Estado estão previstas mais três grandes plantas do ramo. Com o uso intensivo de energia e água, o setor tem investido em fontes renováveis, como a solar, para reduzir custos e aumentar a competitividade. Já grandes empresas como Suzano, Raízen e Eldorado consolidam práticas de governança, rastreabilidade e neutralidade de carbono, enquanto micro e pequenas indústrias, que representam 94% do parque industrial do estado, começam a perceber que também fazem ESG, ainda que de forma intuitiva.



Foto 3 - Depósito em uma das fábricas de celulos em Mato Grosso do Sul/Assessoria FIEMS

“Quando traduzimos o conceito, os empresários percebem que já praticam: economizar energia, cuidar do trabalhador, valorizar clientes e fornecedores. Fazem ESG sem chamar de ESG”, observa Franco.

A FIEMS tem papel central nesse processo. O antigo Núcleo ESG, criado em 2023, se transformou em Diretoria de Sustentabilidade em 2025, reunindo iniciativas que vão da geração de energia solar à venda de créditos de carbono, inventários de emissões, certificações, logística reversa, economia circular e capacitação em governança. “Agora conseguimos integrar tudo em uma estrutura única, mostrando

que a indústria sul-mato-grossense está preparada para os novos tempos”, afirma o economista.

Lisura nos processos empresariais

A sustentabilidade também tem se tornado eixo central em setores essenciais à vida urbana, como o saneamento. A Águas Guariroba, concessionária responsável pelo abastecimento e tratamento de esgoto em Campo Grande, desponta como exemplo de como o ESG pode ser incorporado de forma concreta à rotina empresarial.

Integrante do grupo Aegea Saneamento, que também controla a Ambiental MS Pantanal, a companhia alia governança, responsabilidade social e inovação tecnológica. “Temos certificação ISO 37001. Todos os colaboradores passam por treinamentos e há um canal de denúncias estruturado. A governança é um eixo central da nossa atuação”, explica o engenheiro ambiental Fernando Garayo, representante da empresa em assuntos ESG.

A norma internacional foi criada para prevenir, detectar e combater o suborno dentro de organizações públicas e privadas. Ela faz parte do conjunto de normas ISO voltadas para gestão e *compliance*, e é conhecida como o Sistema de Gestão Antissuborno.



Foto 4 - Mudas no Viveiro Isaac de Oliveira, mantido pela empresa Águas Guariroba/Assessoria Águas Guariroba

No eixo ambiental, o destaque é o Viveiro de Mudas, criado há mais de uma década, que produz anualmente 80 mil mudas nativas do Cerrado usadas em reflorestamento e doações a produtores rurais. “O projeto já doou mais de 600 mil mudas e tem papel fundamental na resiliência hídrica da cidade e na preservação das bacias do Guariroba e do Lageado”, afirma Garayo.

Outro programa, o Bacia Monitorada, acompanha a qualidade das águas nas Áreas de Proteção Ambiental, coletando dados físicos, químicos e biológicos para orientar ações preventivas. A empresa também mantém parceria com a WWF (ONG do setor ambiental) para recuperar 16 hectares de mananciais e ampliar o projeto para outras regiões do estado.



Foto 5 - Centro de controle de Operações da empresa Águas Guariroba, este centro monitora as bacias e mananciais em Mato Grosso do Sul nas áreas de proteção ambiental/Assessoria Águas Guariroba

O impacto social das ações é perceptível. Entre 2013 e 2021, os casos de doenças diarreicas agudas em Campo Grande caíram quase 90%, reflexo direto da ampliação da rede de esgoto, que hoje atende 94% da população. “Esses dados mostram o impacto econômico e social do saneamento. Reduz internações, melhora o desenvolvimento infantil e a produtividade. É uma cadeia de benefícios”, pontua Fernando Garayo.

Na dimensão social, mais de 400 mil pessoas já foram alcançadas por programas de voluntariado e educação ambiental, com destaque para visitas escolares às estações de tratamento. “As crianças saem entendendo o valor da água e do saneamento. Educar é parte do nosso papel social”, destaca Garayo.

Além disso, a Aegea assumiu compromissos públicos com diversidade e inclusão: até 2030, pretende alcançar 45% de mulheres e 27% de pessoas negras em cargos de liderança. “Em Campo Grande já temos 50% de mulheres em posições de chefia. É uma conquista que mostra que a diversidade é possível e produtiva”, celebra o gestor.

Para ele, o segredo está na coerência entre discurso e prática: “O ESG tende a se consolidar cada vez mais, desde que esteja alinhado ao propósito da empresa. Quando as ações são genuínas, deixam de ser discurso e se tornam resultado.”

Turismo com um olhar para a responsabilidade

A lógica da sustentabilidade também se estende ao turismo responsável e à valorização cultural, um dos motores econômicos do Mato Grosso do Sul. Destinos como Bonito e o Pantanal conquistaram reconhecimento internacional pela vocação ecológica e pela gestão ambiental exemplar.

“Prefiro falar em turismo responsável, não apenas sustentável. Trabalhamos para que as políticas públicas entreguem destinos mais competitivos, que cuidem melhor dos seus processos e mantenham a qualidade das experiências”, explica Bruno Wendling, diretor-presidente da Fundação de Turismo do Estado.



Foto 6 - Turistas fazem flutuação no Rio da Prata em Bonito MS/Assessoria Fundtur

Em 2021, Bonito foi certificado como o primeiro destino de ecoturismo carbono neutro do mundo, em processo validado por uma certificadora reconhecida pela ONU. “Neutralizar é possível com gestão e recursos. Mas reduzir emissões exige mudança de matriz energética, novos hábitos e engajamento dos empresários locais”, ressalta Wendling.

O Estado também se destaca pela inclusão e pela proteção sociocultural. Há planos de visitação em comunidades indígenas elaborados com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), roteiros de afroturismo em Corumbá e Furnas do Dionísio e rotas de diversidade que incluem turismo LGBT, 60+, afroturismo e turismo acessível. Em 2023, o Mato Grosso do Sul foi o único estado brasileiro a apresentar todas essas modalidades no projeto Rotas da Diversidade, da WTN *Latin America*, feira internacional do setor.



Foto 7 - Turistas no passeio em visita à Gruta do Lago Azul/Assessoria Fundtur

O conjunto dessas ações (industriais, ambientais e turísticas) projeta o Mato Grosso do Sul como um laboratório de práticas sustentáveis no Brasil. Programas como o MS Carbono Neutro e políticas como o Pagamento por Serviços Ambientais e o Fundo Pantanal reforçam o compromisso estadual com a neutralidade de carbono até 2030, meta assumida na COP26.

No centro das políticas ambientais e econômicas do Mato Grosso do Sul está a Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (Semadesc), responsável por articular ações que conciliem crescimento econômico, inovação e preservação ambiental.

De acordo com Mamiule Siqueira, coordenadora de Transição Energética da Semadesc, a missão da pasta é “promover o desenvolvimento sustentável no estado, garantindo qualidade de vida para a população atual e futura”. Segundo ela,

os princípios ESG e o conceito de **economia verde** estão incorporados às estratégias de desenvolvimento do governo estadual, orientando investimentos sustentáveis, adoção de tecnologias limpas e valorização de cadeias produtivas que respeitem o meio ambiente.

“Adotar práticas sustentáveis não é apenas uma opção, mas uma necessidade para garantir um futuro próspero e saudável para as próximas gerações”, reforça a coordenadora.

Entre as principais iniciativas conduzidas pela Semadesc está o Programa MS Carbono Neutro 2030, lançado oficialmente em 2021. A meta é ambiciosa: tornar o Mato Grosso do Sul o primeiro estado brasileiro a alcançar a neutralidade de carbono até 2030.

O programa propõe uma transformação profunda na economia sul-mato-grossense, rumo a um modelo sustentável, competitivo e de baixo carbono, em consonância com os ODS da ONU e os compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris.

Ser carbono neutro significa equilibrar as emissões de gases de efeito estufa (GEE) com ações capazes de removê-las ou compensá-las — por meio do reflorestamento, da recuperação de áreas degradadas, da preservação de vegetação nativa, do uso de energias renováveis e do manejo sustentável das atividades produtivas. Na prática, a meta é que a quantidade de dióxido de carbono emitida seja igual à quantidade absorvida ou compensada, resultando em um impacto ambiental líquido zero.

O MS Carbono Neutro está estruturado em diversos eixos: transição energética, agropecuária sustentável, reflorestamento, gestão de resíduos e fomento à indústria verde. Segundo Mamiule Siqueira, a proposta é “equilibrar as emissões de gases de efeito estufa com ações capazes de compensá-las, seja por meio da preservação de vegetação nativa, do uso de energias renováveis ou do manejo sustentável das atividades produtivas”.

A coordenadora destaca que todos os setores estão engajados nesse compromisso da energia e agropecuária aos resíduos sólidos e processos industriais. O monitoramento é realizado por meio do Inventário Estadual de Emissões de Gases de Efeito Estufa e do sistema CarbonControl, que permite o gerenciamento das emissões de forma transparente e mensurável.

“O desafio é garantir financiamento, engajamento das partes interessadas e adaptação tecnológica. Mas estamos avançando com parcerias sólidas e metas bem definidas”, afirma.

Essas parcerias incluem universidades, centros de pesquisa e organismos internacionais, como a Fundect, o CBC, o ICLEI e o Earth Innovation Institute, além de instituições e empresas como Embrapa, Sebrae, Famasul, Suzano, Eldorado

Brasil e Energisa. Todas desenvolvem projetos voltados à energia limpa, manejo florestal e redução de emissões.

O programa traduz, na prática, os princípios da agenda ESG. No pilar ambiental, promove a descarbonização e o uso racional dos recursos naturais; no social, estimula a geração de empregos verdes e a inclusão de produtores rurais e comunidades locais; e, na governança, estabelece uma gestão integrada e transparente entre governo, setor produtivo e sociedade civil.

Com sua implementação, o Mato Grosso do Sul se consolida como referência nacional em economia verde, atraindo investimentos sustentáveis, valorizando produtos de baixo impacto ambiental e contribuindo para que o Brasil avance rumo à meta de neutralidade de carbono até 2050.

Complementar ao MS Carbono Neutro, o Estado aposta em políticas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), criadas para remunerar quem conservar ou restaurar ecossistemas. Instituído pela Lei Estadual nº 5.235/2018 e regulamentado pelo Decreto nº 15.323/2019, o Programa Estadual de PSA (PESA) criou um sistema de governança com comitê gestor, cadastro de projetos e emissão de Certificados de Serviços Ambientais.

Na prática, o PSA funciona por meio de editais específicos. Um dos mais conhecidos é o “Uso Múltiplo – Rios Cênicos”, que abrange as bacias dos rios Formoso, Prata, Betione e Salobra, com foco na restauração ecológica, conservação da vegetação nativa e recuperação de pastagens degradadas. No primeiro edital, 42 propriedades rurais foram selecionadas e passaram a receber pagamentos pela preservação ambiental.

Mais recentemente, a Resolução nº 100/2025 regulamentou a atuação do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul) no PSA do Bioma Pantanal, amparado pelo Fundo Clima Pantanal, que destina cerca de R\$ 40 milhões anuais para compensar produtores e comunidades que adotem práticas de conservação. O governo também prorrogou o prazo de inscrições no subprograma “PSA Conservação”, que beneficia proprietários que mantêm vegetação nativa além do exigido por lei.

O programa estadual divide suas ações em sete eixos temáticos: valorização do conhecimento tradicional; conservação de unidades de proteção; regulação do clima e do carbono; preservação da biodiversidade; proteção dos serviços hídricos; uso sustentável do solo; e incentivo ao turismo de natureza. Além de garantir benefícios ambientais, o PSA agrega valor econômico e reputacional às propriedades participantes, fortalecendo a integração entre produção, conservação e desenvolvimento sustentável.

Para o jornalista Alan Vignoli, coordenador da Fundação Selo Social, trata-se de uma mudança estrutural. “O Mato Grosso do Sul deixa de ser apenas agropecuário e passa a se consolidar como agroindustrial. Nesse processo, o ESG se torna questão de sobrevivência para as empresas, porque conecta setor privado, governo e sociedade civil em torno da geração de impacto social mensurável.”

De indústrias que reduzem emissões a concessionárias que repovoam nascentes e destinos turísticos que neutralizam carbono, o Mato Grosso do Sul mostra que desenvolvimento e sustentabilidade não são opostos, mas faces da mesma moeda. O Estado que antes se destacava pela força do campo e a degradação que provém dessa atividade, agora se reinventa como referência nacional em crescimento verde, provando que o futuro econômico pode, sim, ser guiado pela responsabilidade ambiental, social e ética.

O que o ESG precisa observar no cenário ambiental do Mato Grosso do Sul

Mato Grosso do Sul, até então, sempre se mostrou um estado com forte vocação agropecuária e rico em biomas como o Pantanal e o Cerrado, hoje, enfrenta um conjunto complexo de desafios ambientais que demandam atenção em políticas de ESG. Entre os temas centrais estão a preservação do bioma Pantanal, o uso do solo, as taxas de desmatamento, a variabilidade climática e a gestão de recursos hídricos.

O Pantanal, considerado uma das áreas alagáveis mais importantes do mundo em biodiversidade, está sob pressão crescente. Segundo dados do Lasa (Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais), da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), em 2024, foram queimados cerca de 2,6 milhões de hectares do bioma, aproximadamente 17% da área total estimada, cerca de 15 milhões de hectares. O número é quase três vezes maior do que o registrado em 2023, quando a área total era de cerca de 0,9 milhões de hectares,

A seca e o regime hídrico alterado agravam o cenário. De acordo com um levantamento recente também desenvolvido pela UFRJ, indica que, entre 2019 e 2023, o estado registrou perda de superfície de água de 274 mil hectares (-33%) no Pantanal, sendo o estado que mais perdeu água no país nesse bioma.

Quando falamos de desmatamento, Mato Grosso do Sul ainda detém uma parcela expressiva. De acordo com a MapBiomas janeiro de 2019 a abril de 2023, foram desmatados 123.563 hectares no Pantanal brasileiro, dos quais 110.931,90 hectares, aproximadamente 90% situados no MS.

Esse cenário coloca o Pantanal como prioridade para ações ESG: conservação da biodiversidade, monitoramento de queimadas, recuperação da dinâmica hídrica e articulação entre produtores, indústrias, governo e ONGs (Organizações Não Governamentais).

No bioma Cerrado, os alertas de desmatamento caíram 9,4% entre julho de 2024 e julho de 2025, de 240,9 km² para 218,2 km². Conforme dados do sistema Deter,

do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Esses dados mostram tanto o progresso de políticas de controle quanto o tamanho do desafio: para o ESG, o foco inclui rastreabilidade das cadeias produtivas (soja, pecuária, madeira), certificações ambientais, recuperação de áreas degradadas e adoção de sistemas produtivos sustentáveis como integração lavoura-pecuária-floresta.

A variabilidade climática se impõe como fator de risco relevante ao MS. A combinação de seca prolongada, chuvas irregulares e alterações no ciclo de inundação do Pantanal favorece incêndios, reduz a disponibilidade de água e compromete a produtividade agropecuária. Além disso, o estado tornou-se elegível para certificação e futura comercialização de 86 milhões de toneladas de carbono no bioma Cerrado, segundo a CONAREDD+ (Comissão Nacional para REDD+).

Para as empresas e investidores em ESG, isso significa que os riscos climáticos precisam ser integrados à governança, com inventário de emissões, metas de redução, adaptação de operações e aproveitamento de oportunidades como créditos de carbono.

Em termos de água, há sinais de recuperação, mas os alertas permanecem. O Imasul (Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul) registrou que o MS “inverteu a curva” em 2022, ganhando 82.892 hectares de superfície d’água após atingir em 2021 a menor área dos últimos 37 anos (474.638 ha). Mesmo assim, a situação exige atenção especial: os principais rios e bacias estaduais (como Paraguai, Miranda e Taquari) estão sob pressão por uso agrícola, efluentes industriais, assoreamento e mudanças no regime hídrico provocadas por desmatamento e clima. Para ESG, isso remete a práticas como tratamento e reúso de água, proteção de nascentes e matas ciliares, planejamento de bacias hidrográficas e engajamento comunitário.

O panorama ambiental do Mato Grosso do Sul evidencia que os projetos de ESG precisam ser amplos e articulados. A preservação do Pantanal, o controle do desmatamento no Cerrado, a adaptação às mudanças climáticas e a gestão hídrica não são temas isolados, são interdependentes.

Organizações que atuam no estado (produtoras, indústrias, investidores) devem incorporar esses vetores ao seu plano ESG, adotando indicadores claros, metas específicas, monitoramento e transparência. Por exemplo: traçar metas de “zero desmatamento” nas cadeias produtivas, elaborar inventário de água, se engajar com programas de créditos de carbono e garantir que a conservação do Pantanal faça parte da cadeia de valor.

O Mato Grosso do Sul, ao mesmo tempo em que apresenta melhorias, mantém desafios estruturais elevados. A transição para uma economia produtiva e sustentável exige cooperação entre governo, iniciativa privada e sociedade civil. A agenda ESG é um caminho crucial para assegurar que os valores ambientais avancem junto com o desenvolvimento.

Pequenos e verdes

Em meio a uma transformação econômica, Mato Grosso do Sul busca conciliar desenvolvimento industrial com práticas sustentáveis. A transição de uma economia essencialmente agropecuária para uma economia agroindustrial traz desafios e oportunidades para micro e pequenos empreendedores, que representam mais de 90% das empresas do país, segundo Vitor Gonçalves Faria, analista-técnico do Sebrae/MS.



Foto 8 - Vitor Gonçalves Faria/Assessoria Sebrae

“Todos os empreendimentos, independentemente do tamanho, geram impactos sociais, econômicos e ambientais. As atividades, por menores que sejam, causam efeitos. Seja pela emissão de energia dos veículos, pelo descarte de efluentes, pelo cumprimento de tributos ou pela governança, como transparência e combate à corrupção. Esses elementos se conectam diretamente aos pilares do ESG”, explica Faria.

O analista ressalta que micro e pequenos negócios muitas vezes não percebem sua importância no cenário da sustentabilidade, mas são peças fundamentais para o cumprimento de metas estaduais, como a neutralidade de carbono prevista para 2030. “O governo do estado antecipou em duas décadas o prazo para alcançar a neutralidade. Se micro e pequenas empresas não fizerem parte dessa estratégia, os objetivos dificilmente serão atingidos”.

Além dos desafios ambientais, a transformação econômica traz consequências sociais e urbanísticas. Cidades como Inocência e Ribas do Rio Pardo, que passaram por crescimento populacional e econômico acelerado, enfrentam problemas com resíduos sólidos, criminalidade e infraestrutura pública. Para Faria, o planejamento adequado e o envolvimento do poder público são essenciais para minimizar os impactos negativos.

Por outro lado, o estado apresenta grande potencial para oportunidades de negócios sustentáveis, especialmente no turismo e na bioeconomia. “O Pantanal e a Mata Atlântica oferecem possibilidades para ecoturismo, gastronomia, pousadas e produtos artesanais. Essas oportunidades podem ser exploradas por micro e pequenos empreendedores, fortalecendo a economia local e promovendo a valorização cultural das comunidades”, afirma Faria.

O pequeno também importa

O Sebrae/MS tem apoiado programas de inovação com foco em sustentabilidade, como os editais “Nova Cerrada” e “Nova Pantanal”, que incentivam soluções práticas de impacto socioambiental. Faria reforça a importância de inserir a sustentabilidade dentro das comunidades, aproveitando os potenciais locais e desenvolvendo práticas de economia circular e economia criativa.



Foto 9 e 10 - Horti frutti Maná, a plantação de alface hidropônica atrai os consumidores que querem alimentos cada vez mais frescos/Ana Caroline Krasniewicz

A discussão sobre ESG deixou de ser exclusiva de grandes corporações e vem ganhando espaço entre os pequenos negócios. É o caso do Maná, loja de produtos hortifrutigranjeiros e de padaria em funcionamento há dois anos, comandada por Lorranny Oliveira. O empreendimento nasceu da ideia de oferecer alimentos frescos e naturais, cultivados de forma hidropônica.

“A horta chama a atenção dos clientes. Muitos elogiam a qualidade e a durabilidade da alface hidropônica, que dura mais tempo em casa”, afirma Oliveira. Localizada logo atrás da área de comercialização, a horta funciona como uma vitrine: quem passa pela rua pode acompanhar o cultivo de alfaces, salsinha e outros produtos.

O Maná vai além da produção, investindo na educação do consumidor. A loja orienta clientes sobre como escolher e conservar alimentos, e a padaria utiliza os próprios produtos cultivados, criando um ciclo de aproveitamento e reduzindo desperdícios.



Foto 11 - Plantação de Alface no Horti Frutti Maná/Laura Seligman

A iniciativa demonstra como pequenos empreendimentos podem aplicar conceitos de ESG de forma prática e próxima da comunidade. Ao priorizar práticas sustentáveis e de qualidade no cultivo, o Maná fortalece o laço social com seus clientes, promovendo saúde e bem-estar. O aumento da procura por produtos naturais e saudáveis reforça uma tendência de mercado:

consumidores cada vez mais valorizam responsabilidade ambiental e social, não apenas preço.

Para o futuro do ESG, Faria alerta para a necessidade de comunicação clara e acessível aos pequenos negócios. “Se essas temáticas não chegarem de forma objetiva, o ESG ficará restrito aos grandes players. É preciso mostrar benefícios práticos, como eficiência, melhoria de gestão, redução de custos e qualidade de vida para colaboradores e comunidades”.

A experiência de Vitor Gonçalves Faria e iniciativas como a do Maná reforçam que sustentabilidade e desenvolvimento econômico podem caminhar juntos, desde que micro e pequenos empreendedores sejam incluídos nas estratégias e recebam apoio técnico e institucional.